



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Rel

7
m
A

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA 30 DE DEZEMBRO
DE DOIS MIL E TREZE**

Aos trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e treze, pelas 14h00 horas, no Teatro Auditório Municipal de Alijó, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alijó.-----

Dos trinta e quatro membros que a compõem, faltou o Senhor Deputado Humberto Barbosa.---

Por se encontrar impedida, a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Vilarinho de Cotas, Casal de Loivos e Vale de Mendiz foi substituída pelo Secretário da mesma Junta.---

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Jorge Magalhães e os Senhores Vereadores José Rodrigues Paredes, Cristina Ribeiro Felgueiras, João Gouveia da Costa, António Joaquim Fernandes, Manuel Adérito Figueira e Luís Miguel Gonçalves Rodrigues.-----

A sessão foi presidida por Manuêla Domingues, Presidente da Assembleia Municipal secretariada pelos Senhores Deputados Mário Joaquim Vaz, 1º secretário da Mesa, e Fátima Barros, 2ª secretária da Mesa.-----

Havendo "quórum", foi pela Senhora Presidente declarada aberta a sessão quando eram 14:30 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:-----

UM: Exposição do Senhor Presidente da Câmara; -----

DOIS: Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, de 27 de Setembro 2013; -----

TRÊS: Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica e definição do número máximo de unidades flexíveis; -----

QUATRO: Aprovação do Mapa de Pessoal; -----

CINCO: Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano), para o exercício económico de 2014; -----

SEIS: Aprovação do plano de pagamentos para cumprimento da sentença do Tribunal Arbitral; -

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30





ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

2

SETE: *Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;* -----

OITO: *Aprovação da proposta de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais;* -----

NOVE: *Aprovação do Projecto de Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público;* -----

DEZ: *Aprovação do Projecto de Regulamento Municipal de Publicidade;* -----

ONZE: *Autorização para adjudicação de serviços à Empresa EDP Comercial;* -----

DOZE: *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;* -----

TREZE: *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT) – Regulamento N.º 364-A/2013, de 24 de setembro, II série DR;* -----

CATORZE: *Eleição de um Deputado da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde (ACES) do Douro 1 – Marão e Douro Norte;* -----

QUINZE: *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital;* –

Feita a chamada, a SENHORA PRESIDENTE deu conhecimento de que: -----

- Conforme requerimento apresentado, a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Vale de Mendiz, Vilarinho de Cotas e Casal de Loivos, encontrava-se impedida de comparecer à reunião, sendo substituída pelo Senhor Secretário da Junta.-----

- Foi, nesse dia, cumprido o acto formal de posse da Senhora Deputada Ana Maria Ribeiro Pinto Paulo.-----

- Face ao requerimento apresentado, dentro do prazo legal, pela Senhora Deputada Ana Maria Ribeiro Pinto Paulo, foi decidido justificar a falta da mesma à primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal.-----

- Nos termos e para os efeitos legais, foi comunicada a falta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pegarinhos, à Assembleia Extraordinária ocorrida a 13 de Novembro.-----

Disse ainda o seguinte:” Registei a sugestão feita pelo Senhor Presidente da Câmara no sentido de ser solicitado a todos os Senhores Deputados os respectivos atestados de residência.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

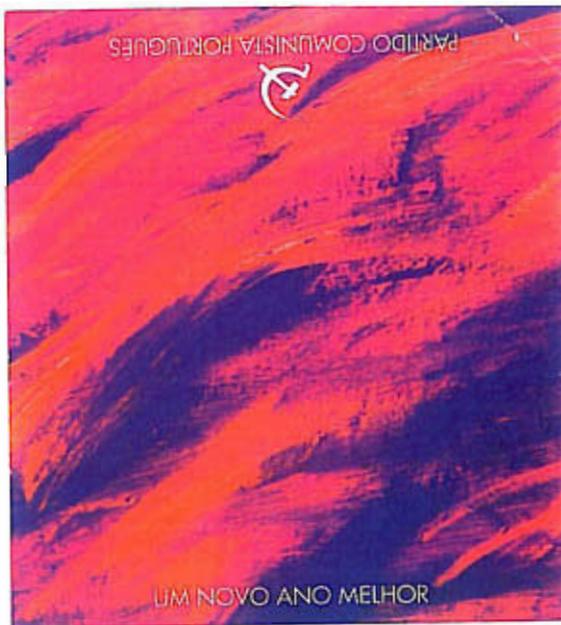
Handwritten signature in black ink.

3

Handwritten signature in blue ink.

Agradecer-lhe essa sugestão, porque só de uma sugestão se trata - pois como é óbvio estamos perante órgãos independentes - e dizer-lhe que a Mesa apenas solicitará atestado de residência aos membros desta Assembleia se alguma razão o justificar. O que, por ora, diga-se, não se justifica." -----

Deu ainda conhecimento do gesto simpático, qual seja, o postal enviado pela Direção Regional de Vila Real do Partido Comunista, que se anexa a esta ata e que propõe agradecer e retribuir.--



*A Direcção Regional de Vila Real do PCP,
despeja o abraço da Assembleia
Bons Fests e um Melhor Ano 2014!*

*PCP
José Gonçalves*



2014 - 40º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Mais agradeceu e retribuiu a todos quantos lhe endereçaram mensagens pela ocasião da época natalícia.-----

Porque os Senhores Deputados Laureano Guedes e Domingos Henriques referiram não terem tido acesso às actas das reuniões da Câmara (o Senhor Deputado Laureano Guedes informou que no Porto houve uma greve dos CTT e até à sua saída só tivera acesso à convocatória, mas não teve acesso a qualquer orientação, quer à ordem do dia, quer a documentos, tendo requisitado os mesmos junto dos serviços; o Senhor Deputado Domingos Henriques disse que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

lll

4

of
JA

só teve acesso à convocatória, mas não teve acesso nem oportunidade de ver os documentos) a Presidente da Mesa fez um resumo das actas das reuniões de Câmara. -----

Quanto à acta da anterior reunião da Assembleia Municipal reiterou as desculpas pelo atraso na revisão da mesma e questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer ou sugerir alguma correcção.-----

Inscreveram-se os Senhores Deputados Telmo Pinto e Laureano Guedes.-----

DEPUTADO TELMO PINTO (PS)-----

Iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, os Senhores Deputados da Assembleia Municipal, assim como o público presente, desejando boas festas a todos e umas boas entradas no ano de dois mil e catorze e que aquele fosse melhor do que o ano que finalizava. -----

Relativamente à acta gostaria apenas de referir uma pequena correcção que está na página sete. Tem a ver com a minha intervenção, no sexto parágrafo, em que diz «com o trabalho de todos, o fatalismo da desgraça tem de ser». Aqui tem «que quer». É pormenor. Na linha seis, contando de baixo para cima".-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS) -----

A minha pergunta prende-se ainda com a falta de informação sobre a acta e reconheço que o e-mail não é suficiente. Acho que devia fazer parte dos documentos que recebemos para estudar sempre uma reunião de Assembleia, porque seria completar com, enfim, outras condições, que por vezes em viagem, isso não é possível. Eu confrontei-me com os documentos aqui na Câmara e gostaria até de ter lido a acta com alguma qualidade para poder votar na aceitação da acta. Eu julgo que estamos ainda em questões prévias, julgo eu? Ainda não entraremos na ordem do dia, mas eu gostaria de nesta questão prévia, que se prende com a convocatória e embora estejamos a preparar um novo Regimento de Assembleia Municipal, a verdade é que tudo indica que devemos portanto orientarmo-nos pelo Regimento anterior. E nessa base acho que há aqui uma convocatória com algumas lacunas que a Senhora Presidente da Assembleia poderia explicar. Um das razões prende-se com o porquê do local, o porquê esta distribuição? Porque estamos a confrontar-nos com coisas completamente novas e gostaria que esclarecesse um pouco. Pelo menos o meu grupo, para saber porquê a razão de toda esta alteração".-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

6

PRESIDENTE DA MESA: -----

"Com certeza Senhor Deputado. Na última Assembleia que tivemos e se bem se lembram, estavam todos presentes - menos o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pegarinhos - foi feita essa proposta, que se fizessem aqui as reuniões de Assembleia, no Auditório, até porque reúne melhores condições. Não sei se o Senhor Deputado se lembra? Não se lembra? Até foi proposto que fosse a um sábado e da parte da tarde. Como também foi proposto, que caso se justificasse, as reuniões de Assembleia poderiam ser feitas fora da vila de Alijó, desde que se justificasse e se houvesse essa necessidade, até como uma forma de aproximação à população. Não se recorda? Foi uma sugestão e é essa a razão. Quanto à distribuição dos lugares e como tive a oportunidade, logo que cheguei, de referir ao Senhor Deputado, enquanto representante do Grupo Municipal MAIS, bem como ao Senhor Deputado Telmo Pinto, que entendia que as minorias não deveriam ficar atrás. Isto sem prejuízo, - porque aliás isto também está previsto no Regimento - da Mesa, juntamente com os representantes de cada Grupo Municipal decidirem a forma como vão ser sentados os Deputados Municipais. Acho que não fazia nenhum sentido que ficasse, por exemplo, o PS à frente, o PSD atrás e o Grupo Mais, - porque é uma minoria - na última fila. Decidi, pareceu-me que assim podem comunicar. Achei que foi essa a melhor maneira. Não sei, se calhar o Senhor Deputado gostaria de ficar numa fila corrida, com os seus colegas de Grupo. Era isso Senhor Deputado? Não concorda com esta forma? Porque me está a perguntar porque é que estamos sentados assim? Acho até que por respeito ao Grupo, que o Senhor Deputado representa, que é o que está em minoria, não achei que era correcto que o pusesse atrás.-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: -----

Não ponho em dúvida essa sugestão.-----

PRESIDENTE DA MESA : -----

Assim como se sentaram da última vez, eu até convidei os Senhores Vereadores, que ficaram atrás, para virem para a frente, que era o lugar que normalmente ocupavam. Achei que para o vosso Grupo estando assim, que podem comunicar bem, pôr de um lado o PSD e pôr de outro o PS. Achei que essa era uma forma mais democrática. Mas isso ficou hoje assim Senhor Deputado, porque vamos discutir isso. E, aliás, tive oportunidade, logo que cheguei, de lhe comunicar isso como também ao Senhor Deputado Telmo Pinto.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

6

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: -----

Aguardemos então. -----

DEPUTADO TELMO PINTO: -----

Peço desculpa mas há aqui alguma confusão, penso eu. Primeiro foi colocada à votação a acta da Assembleia anterior e a respectiva correcção. Eu limitei-me apenas a fazer uma correcção. Entretanto a Senhora Presidente entra no primeiro ponto da ordem de trabalhos, que é a informação do Senhor Presidente da Câmara. Correcto, ou estou equivocado? E o período antes da ordem do dia, não há? Deve haver um período antes da ordem do dia".-----

PRESIDENTE DA MESA: -----

Mas eu disse isso, se não havia mais ninguém relativamente à acta a querer rectificar ou a dizer se aprovam ou não aprovam a ata.-----

DEPUTADO TELMO PINTO:-----

Eu fiz uma rectificação e supostamente iria ser submetida a votação. Mas entretanto a Senhora Presidente falou que iria entrar no primeiro ponto da ordem de trabalhos que era a exposição do Senhor Presidente.-----

PRESIDENTE DA MESA:-----

Há mais algum pedido de rectificação à acta?-----

DEPUTADO JOÃO VILELA: -----

Cumprimentou a Mesa na pessoa da Senhora Presidente, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados e público presente.-----

Eu pedi a palavra para fazer um esclarecimento. A confusão que está a acontecer aqui é que iniciava-se a sessão com as questões burocráticas e depois havia formalmente a abertura do período antes da ordem do dia, que foi o que não aconteceu e daí a confusão que está a acontecer aqui. Portanto, terá de ser aberto o período antes da ordem do dia para se realizarem essas intervenções. Penso que foi isso que aconteceu".-----

A PRESIDENTE DA MESA colocou a acta em votação, tendo a mesma sido aprovada com uma abstenção. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

7

De seguida, abriu o período antes da ordem do dia, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras, Telmo Pinto, Filomena Nogueira, António Lousa, Domingos Henriques, Cláudio Vilela, Alceu Costa, Alexandra Cardoso, João Vilela e Laureano Guedes. Deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Lameiras.-----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS: -----

Cumprimentou a Presidente da Mesa da Assembleia, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público em geral.

Eu queria apresentar uma questão que é mais uma sugestão do que outra coisa e que tem a ver com o seguinte: sendo as actas da Assembleia Municipal e das reuniões do Executivo Camarário públicas - por isso é que elas são colocadas no portal da Câmara - tinha a dizer o seguinte: em diversas actas há também diversas frases completas em que o seu sentido é difícil de perceber. E há depois também palavras isoladas, no decorrer do texto, de igual teor. Portanto, fazia aqui a sugestão de que essa questão fosse colmatada, para que as pessoas que quisessem ler as actas, o pudessem fazer em perfeitas condições. Este é um ponto. O outro ponto tem a ver precisamente com uma reunião ordinária do Executivo Camarário, a 20.11.2013 e que tem a ver com o seguinte: aquando da apresentação dos atestados de residência, pelo Senhor Vereador Miguel Rodrigues e pelo Senhor Vereador António Fernandes, quer um quer outro, teceram algumas considerações em relação a este assunto. Diz assim o Senhor Vereador Miguel Rodrigues: «Se também foram pedidos os atestados aos Membros da Assembleia?». O Senhor Vereador António Fernandes faz considerações de igual teor e diz assim: «Solicitava que igual procedimento fosse realizado na Assembleia Municipal». O Senhor Presidente disse-lhes: «Não tinha conhecimento se os atestados foram solicitados, mas que iria sugerir à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e caso não os tivesse solicitado o fizesse na próxima sessão». Ora a mim parece-me que há aqui uma subversão daquilo que são os papéis do Executivo Camarário e daquilo que são os papéis da Assembleia Municipal. E digo isto porquê? Vou-me reportar ao artigo número dois - Competências desta Assembleia Municipal - nomeadamente no ponto número um e suas alíneas, em que há palavras que encerram o significado de que é efectivamente a Assembleia Municipal que fiscaliza, que sugere, que aprecia actos camarários e não o seu contrário, nomeadamente palavras como acompanhar, fiscalizar, apreciar, solicitar, aprovar, deliberar, etc. Ora bem, parece-me que deve haver alguma atenção em relação a esta matéria, sendo que deve-se respeitar aquilo que é a essência e

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

8

aquilo que é o fundamento de cada um destes órgãos do Poder Local, sob pena de subvertermos os seus papéis. Portanto, fazia aqui a sugestão de não haver confusão por parte quer dum órgão, quer do outro, em matéria de competência que lhes diz respeito a cada uma destas. É só.-----

DEPUTADO TELMO PINTO:-----

Isto não está a começar nada bem. Esperamos que termine melhor. A Senhora Presidente teceu aí algumas considerações, que têm a ver com as deliberações da Câmara Municipal, que eu pensaria, desejaria, ou pelo menos era hábito que as mesmas viessem plasmadas naquilo que é a informação do Senhor Presidente da Câmara. Alteração, método, estratégia, muito bem. Referenciou aí a actividade ou as decisões da Câmara Municipal neste período que está em exercício. Contudo, faço esta referência.-----

Depois gostaria de falar sobre aquilo que foi a convocatória para esta Assembleia Municipal. Uma - desculpe, com toda a educação e respeito - uma trapalhada de todo o tamanho. Eu estou há vinte e quatro anos na Assembleia Municipal, nunca aconteceu o que aconteceu com a convocatória desta Assembleia. Além de violar - e o termo é este - além de violar o Regimento que ainda vigora neste momento, foi a forma como decorreu a apresentação de documentos, como ela chegou à nossa posse e já aqui foi referido que alguns nem sequer tiveram acesso a eles e há aqui algo que nos preocupa. E preocupa-nos porque efectivamente reparamos que na última Assembleia havia a intenção de algum rigor. Aliás, foi alertado pela Senhora Presidente da Assembleia e porventura muito bem, que tem a ver quando as pessoas se propõem para os respectivos cargos, para os respetivos órgãos sabem para aquilo que vão. Foi dito ao Senhor Humberto. Portanto há uma missão e na primeira reunião ou segunda reunião, pelos vistos isso não foi cumprido pela Senhora Presidente e pela Mesa, porque escusado será dizer que o prazo não foi em nada cumprido, estamos a falar de quatro dias úteis e eles não foram cumpridos em termos de apresentação dos documentos e tudo leva a crer que, próprio da inexperiência e também, se calhar da época natalícia em que há imensos afazeres, não foi possível cumprir com aquilo que vigora neste momento que é o Regimento anterior. Mas pode ser que o ano de dois mil e catorze nos traga a este respeito, aquilo que todos nós desejamos e que é que as coisas funcionem de melhor forma.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

9

Depois, três referências que eu gostaria de fazer aqui. Em primeiro lugar e porque sendo o porta-voz da bancada do Partido Socialista, queria deixar aqui uma palavra de apreço e ao mesmo tempo um louvor daquilo que é a nossa democracia interna, dentro do Partido Socialista. Prova disso foi as últimas eleições que decorreram para a Comissão Política Concelhia, em que o PS apresentou três candidatos, sinal de vitalidade, sinal de vigor e de interesse por aquilo que é a acção política concelhia e que deu origem a um novo Presidente da Comissão Política - e daqui endereço já os meus parabéns - o Engenheiro Luís Azevedo. Simultaneamente, uma palavra de gratidão ao Presidente da Comissão Política cessante, o Senhor António Fernandes.-

Depois, gostaria também, neste período antes da ordem do dia, dirigir-me ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente a alguns assuntos que nos preocupa. Um deles tem a ver com a questão do encerramento da Pousada da Juventude. Esta foi uma obra que só o Partido Socialista e os anteriores mandatos sabem o que cara ficou a este Concelho e as démarches que foram necessárias para que a mesma fosse aqui instalada e, enfim, pode ter a argumentação económica ou financeira relativamente ao encerramento da mesma, durante o período de inverno, penso eu, mas gostaria de saber do Senhor Presidente da Câmara se porventura está confortável ao ter tomado essa posição, no sentido de que a mesma possa reabrir ou não seja uma morte anunciada.-----

Depois, um outro assunto também, e aqui para o Senhor Presidente da Câmara, que tem a ver com aquilo que é uma ameaça diária que temos sobre o encerramento da Repartição de Finanças do Concelho de Alijó. E ao mesmo tempo, para lhe perguntar se fez algumas démarches, ou se diligenciou no sentido de evitar que este serviço de elevado interesse para o Concelho e também para a região, se efectivamente vai avançar ou não o seu encerramento e se está na disponibilidade, tal qual como já aconteceu com outros serviços públicos, se está na disponibilidade de mobilizar manifestações no sentido de evitar o tal encerramento. Isto até porque começa a aumentar de tom a contestação dos autarcas e dos munícipes de Boticas e São João da Pesqueira que por sinal até são do PSD, mas também o exemplo que nos veio de Montalegre, que tem a ver com uma Câmara do PS, que, para evitar o encerramento da mesma, disponibilizou-se para pagar despesas inerentes à manutenção do serviço no seu Concelho. De maneira que gostaria de ouvir alguma coisa relativamente a estes assuntos agora abordados. Muito obrigado.-----

DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA: -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

10

Cumprimentou a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, a Digníssima Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais e público presente.-----

Por motivos pessoais, não foi possível ao meu colega, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, estar presente no XXI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se realizou no passado dia 23 de Novembro, em Santarém. Face ao exposto, competia-me a mim substituí-lo, o que fiz, e muito bem acompanhada, pela presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e do Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal.-----

Assim, passo a citar o que de mais relevante se passou neste congresso: a moção Mais Poder Local, Melhor Portugal foi o slogan do congresso e por isso foi aprovado por unanimidade. O Ponto Um da ordem de trabalhos foi a eleição dos novos Membros desta Associação. Assim, Fernando Ruas foi substituído por Manuel Machado, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Rui Santos, Presidente da Câmara de Vila Real, também foi eleito para o Conselho Diretivo e por isso é um dos dezassete vice-presidentes da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o que considero ser bom para a nossa região, para a região de Vila Real e, conseqüentemente, espero, para o Concelho de Alijó.-----

Os principais temas de discussão foram: A Lei das Finanças Locais. Como devem compreender, muito contestada, pois retira financiamento e competências às Autarquias Locais.-----

Portugal dois mil e vinte foi outro assunto que foi lá muito focado e que se relaciona com o envelope que vamos receber da União Europeia nos próximos sete anos, ou seja desde dois mil e catorze, até dois mil e vinte. Acho que estas verbas sejam mais vocacionadas para as pessoas e menos para o betão, portanto mais para o desemprego e acção social.-----

Depois, falou-se na reorganização dos serviços territoriais. Descentralização portanto, dos serviços que neste momento não se verificam. Falou-se também na autonomia das Autarquias Locais, nas competências municipais e na proposta de Lei do Orçamento de Estado para dois mil e catorze, igualmente muito contestada pela maior parte dos congressistas.-----

Este congresso foi presidido no seu encerramento, por Sua Excelência o Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro. Muito Obrigada.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

11

A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu à Senhora Deputada o resumo feito do ocorrido no Congresso e deu a palavra ao Deputado António Lousa.-----

DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:-----

Cumprimentou a Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, os Senhores Deputados da Assembleia Municipal, assim como o público presente.-----

Primeiro eu queria dizer uma coisa antes de pôr a questão. Sei que esta Câmara não tem dinheiro, está tecnicamente falida, mas este problema não decorre dos dois meses de mandato deste Executivo. Mas as pessoas que confiaram no PSD, que votaram no PSD, pediram-me para pôr aqui esta questão. É a questão da estrada entre Sanradela e Sanfins do Douro. Há uma zona muito, muito debilitada, que as pessoas para circularem estão em risco e se puder fazer uma intervenção, nem que não seja contínua, na estrada, na zona chamada de Sanradela Velha, as pessoas que confiaram neste partido, as pessoas que o elegeram, agradeciam. Obrigado.---

DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES: Cumprimentou a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, o Senhor e a Senhora Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Senhores e Senhoras Deputados e o público em geral. -----

Antes de mais, faço votos para que tivessem passado um Bom Natal e desejo-vos a continuação de umas boas festas. Apenas para prestar um esclarecimento, que em parte já foi dado aqui pela Senhora Deputada Filomena Nogueira. De facto, após a eleição aqui nesta Assembleia, na segunda a seguir, eu tive uma comunicação que tinha de fazer um exame no Porto e tinha de ficar internado de sexta para sábado. Daí a razão da minha impossibilidade de estar presente no congresso da Associação de Municípios. E permitam-me também, já agora, agradecer à Senhora Deputada Filomena Nogueira, pelo excelente trabalho que ela nos apresentou aqui. É que isto revela o cuidado que teve na associação e de nos apresentar aqui esse óptimo trabalho.-----

Depois, perante esta situação, vou pedir ao Senhor Presidente, quando tiver possibilidades, de nos informar melhor, para saber o que se passa com a empresa do lixo. É óbvio que eu vou falar em relação à minha freguesia, mas provavelmente, ou infelizmente, estará a acontecer a nível do concelho. Eu penso que, além do mau serviço que esta empresa está a prestar, penso que ainda...eu não quero aplicar o termo.. estão gozar com as pessoas. Há uma certa indelicadeza, isto é, há carros que vão às povoações, vão e vêm e não despejam o caixote do lixo. Eu

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

72

pergunto, será que o carro já vem cheio? Bom, se o carro vem cheio, a única coisa que tem a fazer é quando as pessoas se dirigem a eles, informar que não podem levar o lixo porque já têm o carro cheio. De facto o que está a acontecer é uma vergonha. Vêm-se as aldeias cheias de lixo, as ruas, os contentores todos, todos cheios. Portanto, penso que é uma situação, que eu sei que não é agradável, obviamente, para o Executivo Camarário, assim como não é para os Presidentes de Junta e pessoalmente também não é para as pessoas. E então, ainda por cima, numa fase natalícia, onde enfim, há mais desperdícios e muito mais lixo, portanto imagino que saibam o que está a acontecer, imagino o que se passa a nível de todas as aldeias do Concelho. Por isso, Senhor Presidente, eu gostaria que me informasse, ou nos informasse neste caso, qual a situação. Segundo sei, parece-me que vai haver renovação, ou melhor vai haver a demissão desta empresa e estão a tentar contratar outra. Era isto que eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara para nos informar. Muito obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA:

Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados e o público presente.

A minha intervenção vai no sentido de fazer uma sugestão ao Executivo Camarário, que já foi feita aliás na última Assembleia Municipal do mandato anterior e vai no sentido de ser criado pela Câmara Municipal, um monumento, vamos-lhe chamar assim, não precisará de ser uma coisa muito cara, alusiva aos 19 brasões, das 19 freguesias existentes à data, no Concelho de Alijó. Isto por uma questão histórica, fazer lembrar aquelas freguesias que foram unidas no último acto eleitoral. Na altura, o Senhor Presidente de Câmara cessante informou-me que já não seria possível fazer por uma questão de tempo, por estar a cerca de oito dias do final do mandato. Nesse sentido, fica aqui a sugestão para o Executivo Municipal realizar essa pequena obra. É um acto simbólico e que no fundo não precisa ser de grande valor, nem de grande complexidade e vai também de encontro ao discurso de tomada de posse do Senhor Presidente de Câmara, que fez lembrar aqui a extinção dos Concelhos que deram origem ao Concelho de Alijó. Era só, muito obrigado.

DEPUTADO ALCEU COSTA:

Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Executivo, caros amigos muito boa tarde a todos. Penso que de facto ainda é muito cedo trazer aqui alguns problemas, mas como as reuniões não são

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

73

muitas temos que as aproveitar. Penso que sabem que faço parte de uma realidade que são os bombeiros deste Concelho. Somos cinco corporações e já fomos seis. É algo que existe no país todo, não por vontade, como se costuma dizer muitas vezes, por bairrismo, mas por necessidade. Os bombeiros existiram exactamente porque as populações precisaram da sua existência. E como tal, eu queria fazer um apelo ao Excelentíssimo Executivo que não ignorasse esta realidade, como infelizmente tem sido ignorada. Era importante que houvesse uma reunião, logo que possível, para tentarmos acarinhar também estes homens e mulheres que muitas vezes são esquecidos e que só são lembrados quando nas horas de aflição e de necessidade. Eu não vou perder muito tempo a especular sobre isto, mas de facto, se comparássemos e quem conhece o tratamento que os outros Concelhos dão aos bombeiros, comparando com o nosso Concelho, de facto temos estado muito, muito, muito atrasados e ignoramos esta realidade que era importante não esquecer.-----

Depois, já aqui foi falado, o problema de uma estrada. Por acaso também ia falar nela, penso que haverá mais. Sem a preocupação, porque sei de facto que não se pode gastar dinheiro, acho que é importante, possivelmente, pegar nos recursos que temos, agilizá-los e pô-los a trabalhar. Não é preciso gastar dinheiro, é pôr o pessoal a tratar daquilo que é mais prioritário. De facto, há um conjunto de estradas e esta que foi referida é aquela que eu conheço mais directamente, mas eventualmente haverá outras. Portanto, é importante não esquecer isso, uma vez que a Câmara assumiu esta responsabilidade das estradas, temos que lhes dar o devido acompanhamento.-----

Por último e ainda dentro deste espírito de não se gastar dinheiro, eu queria pedir ao Executivo, que pegasse numa ideia, que eu acho que já falei nalguns sítios em público, mas que era fundamental. É o seguinte: não é preciso gastar dinheiro, é preciso que o Executivo apoie as nossas Juntas de Freguesia, criando um gabinete para elaborar projectos. Estou-me a referir concretamente ao caso dos caminhos vicinais, que são uma realidade também muita ignorada e muito esquecida no nosso Concelho. É importante, pegando no pessoal técnico que temos aqui no Município, dando apoio às Juntas de Freguesia, para se poder elaborar projectos, que penso que não é difícil, porque esses projectos, pelo menos no meu tempo era assim, não exigem um trabalho muito pomenorizado e preparar candidaturas para quando houver fundos para esse efeito, para podermos dar andamento e recuperar os nosso caminhos vicinais, que por aquilo que eu conheço, são de facto muito abandonados. Era só, muito obrigado.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

74

DEPUTADA ALEXANDRA CARDOSO: -----

Começou por cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público presente. -----

Enquanto elemento eleito para a Comissão alargada da CPCJ de Alijó, gostaria de informar que decorreu uma reunião no passado dia 12 de Dezembro, na qual foi analisado e aprovado o Plano de Acção para o ano civil de 2014. Gostaria também ainda de informar, que na mesma reunião fui o elemento cooptado para a comissão restrita. Muito obrigada.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a informação prestada pela Senhora Deputada e deu a palavra ao deputado João Vilela.-----

DEPUTADO JOÃO VILELA: -----

Gostaria em primeiro lugar e em nome do Grupo Municipal do PSD, de cumprimentar a nova Comissão Política do PS, na pessoa do seu Presidente, Engenheiro Luís Azevedo e desejar-lhe as melhores felicidades no desempenho do cargo e a todo o grupo que o acompanha e que se reflita na mais-valia para o Concelho de Alijó.-----

Depois, gostaria de abordar aqui algumas das intervenções que foram feitas. Começar por uma abordagem que foi feita pelo Deputado Luís Lameiras, a propósito da questão dos atestados de residência e sem prejuízo da justificação da nota prévia que a Senhora Presidente de Assembleia já abordou, que acho que, pelo menos é o que está consagrado: a Assembleia Municipal tem poder para fiscalizar a Câmara Municipal, não o inverso. Portanto, todas as sugestões são bem-vindas, não indicações da Câmara, sejam elas quais forem, ou ordens no sentido de que aqui se execute alguma coisa. Penso que esta separação de poderes deve ficar bem vincada e é importante que fique registada.-----

Depois, relativamente à intervenção do Deputado Telmo Pinto, a propósito, e passo a citar, «na trapalhada no envio da documentação», eu gostaria de recordar, e ele também frisou, estamos no início do mandato, há uma época excepcional, que fruto da tomada de posse recente deste executivo, da época natalícia a decorrer, há uma série de situações que podem justificar isso, mas parece que haverá outras que levam a que esta situação tenha acontecido e que infelizmente atrasou o envio da documentação com prejuízo para todos. É justificável, nomeadamente, pelo pouco tempo que este Executivo leva. Portanto, juntar a documentação,

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



prepará-la e enviá-la, não será tão fácil e tão simples neste momento. Ainda por cima no final do ano. Depois, parece-me que talvez haja aqui alguma memória curta, porque recordo-me que no anterior mandato aconteceu, por várias vezes, que a documentação não chegou a tempo. Não foi uma vez, foi mais do que uma vez e portanto, penso que deve ser registado, sem dúvida, mas não é caso único, não é excepção e portanto não nos devemos esquecer disso. Não é que seja desculpa, mas efectivamente já aconteceu, não é caso único nesta situação.-----

Por último, a sugestão do Deputado Cláudio Vilela, a propósito do monumento das freguesias. Concordo e acho que - eu não quero brincar com a situação nem vou brincar- até poderia, sem despesa adicional para o Executivo, arranjar-se dinheiro para este monumento, ou poder-se-ia ter arranjado se se tivesse decidido apresentar uma proposta para a reorganização das Freguesias. Isso, neste momento, inã significar no orçamento destas freguesias, qualquer coisa como vinte e quatro mil euros que não entram aqui. Isto era a majoração que era atribuída de quinze por cento, para o orçamento das freguesias que existiam à época, Vilarinho de Cotas, Vale de Mendiz, Casal de Loivos, Castedo, Cotas, Carlão, Amieiro, Pópulo e Ribalonga, que não vão receber um cêntimo, fruto da proposta que não foi aqui apresentada, da decisão quase unânime desta Assembleia na altura, por proposta também da Câmara Municipal, porque se decidiu fazer uma luta enorme à volta enorme à volta desta questão. Luta essa, como eu referi na última Assembleia, do último mandato, desconheço quase na totalidade. Muito obrigado.-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES:-----

Só queria dizer que está escrito que os últimos serão os primeiros, mas neste caso não se cumpriu. Eu devo dizer que fui eu - julgo eu, estão aqui testemunhas - que levantei a mão logo após a Senhora Presidente introduzir o período antes da ordem do dia. Eu vou prescindir de apresentar agora qualquer interrogação à Assembleia ou ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que vai falar. O encontro de ideias e de interrogações coincide com o Partido Socialista, na voz do porta-voz do Partido Socialista e como tal, aguardemos agora que a ordem do dia, com a apresentação do Senhor Presidente da Câmara, seja realmente a resposta a todas as questões. Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Tomou a palavra para dar dois esclarecimentos.-----

Começar por dizer ao senhor Deputado Luís Lameiras que o Deputado João Vilela acabou por dizer aquilo que eu já disse no início, que a separação dos órgãos e acho que está esclarecida



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

76

essa questão da justificação de faltas. Eu não percebi muito bem o que é que o Senhor Deputado pretendia para as actas, ou para a redacção das atas? Que concretizasse por favor.

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS:-----

Em relação às actas, há frases e há palavras que são ilegíveis, ou praticamente ilegíveis, não têm uma boa leitura, talvez por falta de tinta, não sei, tem a ver com a impressão, não é a redacção em si. É falta de perceptibilidade, legibilidade nalgumas frases completas, são várias e algumas palavras.-----

PRESIDENTE DA MESA:-----

Como tinha falado em redacção, ia perguntar-lhe se tinha alguma sugestão a fazer quanto à redacção da acta. Quanto ao Senhor Deputado Telmo Pinto e antes de passar a palavra ao Senhor Presidente, se quiser prestar alguns esclarecimentos, também algo lhe foi dito e acho que compreende, eu não sei como foi no passado, não estava cá, mas acho que é demasiado violento- e deixe-me dizer-lhe - falar de inexperiência. Eu dizia que houve um excesso de trabalho. Aliás porque este Executivo está cá há bem pouco tempo, como todos nós sabemos. Efectivamente era vontade de todos, pelo menos da Mesa, que todos os documentos estivessem, até porque nós sabemos que esta época natalícia nos ocupa muito mais tempo. Mas também quero dizer-lhe que, pelo menos, por correio eletrónico, foram cumpridos esses prazos. Também sei que houve gente que não conseguiu aceder aos seus correios eletrónicos, apesar de, e com excepção de três elementos desta Assembleia, não terem dado o endereço eletrónico, todos manifestaram essa vontade, de receberem, não é de receberem, de fornecer o seu correio electrónico. Portanto eu parto até do pressuposto, que as pessoas vão à sua caixa de correio. E portanto, tudo também seguiu pelo correio. Portanto, Senhor Deputado, falar de inexperiência, acho que é um bocadinho cedo. Muito obrigado, é só.-----

De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos às questões levantadas pelos Senhores Deputados.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

Cumprimentou a Mesa da Assembleia, na pessoa da sua Digníssima Presidente, os seus Colegas de Câmara, todos os Deputados presentes e todos os Municípes. Aproveitou também a ocasião para agradecer a todos quanto enviaram saudações de boas festas, quer ao Executivo,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



quer à Câmara e dizer que essas saudações eram ali retribuídas. Começou depois a responder às questões colocadas, dizendo:-----

Deputado Telmo Pinto falou na Pousada da Juventude. Efectivamente, a Pousada de Juventude é um problema para o Concelho de Alijó e nada dignifica a situação em que ela presentemente se encontra. A Pousada da Juventude está assim, pelos simples facto da Movijovem, que é quem tutela a Pousada da Juventude, estar insolvente. E como está insolvente, escreveu-nos uma carta do seguinte teor: que a Câmara Municipal lhe devia ainda um valor de cento e vinte e nove mil euros, que não teria pago em dois mil e oito, na participação que a Câmara era obrigada a fazer ou se comprometeu a fazer, aquando da realização da obra. Posteriormente, pede-nos também, dezasseis mil e quinhentos euros, que a Câmara anterior se comprometeu a dar o ano passado, para a manutenção dos três meses do layout e que não o fez. Procurei encontrar enquadramento orçamental para cumprir esses dezasseis mil e quinhentos euros em dívida. Não encontrámos. Apenas encontrámos uma declaração, uma intenção de atribuir os dezasseis mil e quinhentos euros. Ora, como os Senhores sabem, não é possível, face a uma declaração de intenção, mexer em dinheiros públicos. Quanto aos cento e vinte e nove mil e quinhentos euros foi respondido à Movijovem, que estaríamos em condições, logo que recebêssemos o PAEL, de proceder àquele pagamento, de uma só vez e na Integra. Por sua vez a Movijovem responde-nos que aguardam pelos cento e vinte e nove mil e quinhentos euros. Reiteram a dívida e o compromisso que o anterior Executivo assumiu com eles e diz que lhes são devidos e refere ainda, que se pagássemos vinte e três mil e quinhentos euros este ano, eles não entrariam em layout. Como vocês sabem, não tínhamos essa quantia à disposição na dotação orçamental. Seria completamente impossível, pois se a tivéssemos, podem ter a certeza que a Pousada da Juventude não fecharia neste período, porque em nada dignifica o Concelho de Alijó.-----

Relativamente ainda ao Deputado Telmo Pinto, que deu-nos notícia da eleição da nova Comissão Política do PS, quero aqui enviar cumprimentos à nova Comissão, na pessoa do Senhor Engenheiro Luís Azevedo e desejar-lhe as maiores felicidades para o seu mandato.-----

Quanto à situação das Finanças, ela é uma preocupação enorme, não só para este Executivo, mas para a Câmara toda. Já tivemos oportunidade de debater isto na Câmara e tomamos uma decisão de enviar uma carta à Senhora Ministra das Finanças, pedindo-lhe uma reunião com urgência, para analisarmos a situação que está aqui em vias de ser criada e com a qual nós

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

78

discordamos frontalmente. Qualquer serviço público que saia deste Concelho, não é mais do que a continuação do empobrecimento deste concelho. Esta é a nossa posição. Tive a oportunidade de pessoalmente com o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, lhe manifestar a disposição da Câmara, de pôr à disposição das Finanças, todos os meios necessários que o Município disponha para manter esses serviços aqui, desde instalações ou outra situação qualquer que possa vir a ser acordada. Portanto, lutaremos de todas as formas que estiverem ao nosso alcance para impedirmos que as Finanças saiam de Alijó.-----

Quanto à Dona Filomena Nogueira, quero-lhe aqui agradecer a forma explícita e clara com que traduziu a nossa participação na Assembleia da Associação Nacional de Municípios. Realmente, não podia ter sido tão bem acompanhado pela Senhora e a atenção que esta Senhora pôs em anotar tudo. Realmente, os meus parabéns agora aqui publicamente, que eu estive atento às anotações todas que fez e ao interesse com que seguiu. Qualquer coisa que eu vá acrescentar a isso, só ia estragar. Muito obrigado.-----

Senhor Deputado António José Lousa pôs aqui a questão da estrada de Sanradela e de Sanfins do Douro. É mesmo pertinente essa questão. Temos uma equipa que já limpou algumas estradas e a uma dada altura, demos prioridade a essa. Aconteceu que o tempo arrefeceu e as roturas começaram-se a verificar pelo Concelho todo. Isto foi uma questão de prioridades. Estamos com uma média de roturas, quatro a cinco diárias e que mobiliza todos os meios da Câmara e entre estarmos a limpar a estrada ou irmos acorrer às pessoas que estavam sem água neste período, demos prioridade a atender à falta de água. No entanto essa estrada e esse troço está referenciado e será o próximo a ser limpo e vai ser de Agrelas para a Sanradela, que é ali a maior preocupação.-----

Deputado Domingos Henriques, muito obrigado pela sua intervenção, que também é pertinente. A questão do lixo não envergonha só a Câmara, envergonha a todos. É uma situação que se arrasta há alguns anos por este Concelho e que não se consegue resolver. Estamos à espera. Foi lançado um concurso internacional, em que o Município de Alijó participou e estamos à espera da finalização desse concurso. Tive a oportunidade de anteontem falar com o Senhor Engenheiro Noronha, que é ele quem está a conduzir essas negociações. Ele disse-me que antes de Março não contássemos com nada. Já tive a oportunidade de falar com a EGEO, já repuseram alguns caixotes, já repuseram alguma prática, mas eu reconheço que não é a solução para nós. Mesmo assim, estamos a pagar mês a mês, senão ficamos sem limpeza.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

19

Vamos tentar e eu estou continuamente em contacto com eles, a chamar a atenção para situações aqui e ali e eles quando recebem a chamada vão acudir, mas não é a prática deles. Gostaríamos de encontrar uma empresa que se comprometesse. Mas eu tenho esta impressão: quando os contratos começam a chegar ao fim, as empresas também se desleixam e como já há algumas notícias deste concurso internacional e a EGEO parece que não apresentou a melhor proposta também julgo que há al algum laxismo da parte deles. No entanto, vamos apertá-los até ao final e enquanto lhes pagarmos têm que nos prestar o melhor serviço possível.-----

Senhor Deputado Cláudio Vilela, efectivamente, um povo sem referências é um povo pobre. Esse é o meu pensamento. Se nós pudermos, de uma forma singela, perpetuar a existência das Juntas, nem que seja num pequeno monumento, numa pequena lápide, numa pequena estrela, qualquer coisa que esteja ao nosso alcance e que dignifique as então extintas Juntas de Freguesia, fá-lo-emos oportunamente. Se quiser colaborar, poderá, com sugestões, juntar-se a nós e vamos criar al um grupo, que possa perpetuar a existência das extintas Juntas de Freguesia.-----

Senhor Alceu Costa, os bombeiros, claro está, vivem connosco, ao nosso lado. As corporações de bombeiros fazem parte do nosso dia-a-dia. Aliás, elas culturalmente, fazem parte da nossa sociedade. Pode-se perguntar porque é que houve tantas corporações aqui no Concelho de Alijó. A sociedade organizou-se muito à volta da existência dos bombeiros. Os bombeiros estão muito para além do que eles representam enquanto instituições que nos acodem em situações de emergência. Os bombeiros estruturam a nossa sociedade e à volta deles, muita coisa se organizou. Foram espaços de debate e ainda hoje são espaços de participação cívica e que, claro, vamos acarinhar. Já tive oportunidade de visitar a sua corporação de bombeiros, como as outras. O que estiver ao alcance e o que puder ser feito, pois claro que será. Os bombeiros fazem parte de nós. Quanto às estradas que falou, agilizar recursos. Pois eles serão agilizados, não tenha qualquer dúvida. Já respondi com as prioridades que existiram. Entretanto também lançamos um concurso que vamos ter mais quinze funcionários ao abrigo do POC. Esses quinze funcionários vão-nos prestar um serviço que vai ser exactamente vocacionado para estas urgências que são necessárias e que urgem zelar pelo concelho. Quanto à criação de um gabinete para apoiar projectos, faz parte exactamente, se leu com atenção, o organograma que hoje apresentamos, a criação de um gabinete que tem como missão apoiar todas as ideias, todos os investimentos. Estar a par do novo quadro, vinte, vinte, que para o interior norte vai ser

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

20

mais positivo, vai estar atento às situações sociais e vai estar atento às situações de empreendedorismo. Temos de estar preparados e nessas circunstâncias, delineamos esta estratégia, que é termos efectivamente os melhores técnicos, as melhores equipas preparadas para nos apoiar, quer sejam juntas, quer sejam bombeiros, quer sejam iniciativa privada. Pensamos que esta é uma das grandes missões de uma câmara municipal.-----

Deputada Alexandra Cardoso, muito obrigado pela sua informação e, pela sua participação, os muitos parabéns.-----

Deputado João Vilela, já foi tudo respondido, muito obrigado pela sua intervenção. De momento, é o que se me apraz dizer relativamente às questões que foram colocadas antes da ordem do dia. Com licença.-----

A PRESIDENTE DA MESA agradeceu os esclarecimentos do Senhor Presidente e, porque foi solicitada, deu a palavra ao Deputado Cláudio Vilela.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA:-----

Gostaria de fazer uma segunda intervenção, dado que a minha intervenção foi visada pelo Senhor Deputado João Vilela, eu gostaria de responder. Eu gostaria de agradecer ao senhor Presidente da Câmara as palavras que me dirigiu em relação à minha sugestão e dizer-lhe que estou disponível para colaborar nessa comissão, vamos-lhe chamar assim, de constituição dessa pequena lembrança/memória das dezanove freguesias do Concelho de Alijó. E gostaria também de lembrar ao Senhor Deputado João Paulo Vilela, que não foi o Partido Socialista que extinguiu nenhuma freguesia neste país. Ele deve estar equivocado. Quem extinguiu as freguesias deste país foi o Partido Social Democrata. Era só isso, muito obrigado.-----

A PRESIDENTE DA MESA deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir a exposição, tendo o Senhor Deputado Telmo Pinto solicitado a palavra, tendo a Senhora Presidente da Mesa permitido a sua intervenção.-----

DEPUTADO TELMO PINTO:-----

Eu não queria referir, mas se vamos entrar na ordem do dia, a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, há inscrições para o primeiro ponto da ordem de trabalhos?-----

A PRESIDENTE DA MESA questionou se não queriam ouvir primeiro o Senhor Presidente?-----

DEPUTADO TELMO PINTO:-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

27

O actual regimento diz, no artigo oito, que só por motivos relevantes a gente está aqui, neste local, porque eu estou cheio frio, sinceramente, e deve ser isso, mas na entrada da ordem de trabalhos, o primeiro ponto há inscrições prévias relativamente ao primeiro ponto e eu estava à espera disso, Senhora Presidente.-----

PRESIDENTE DA MESA:-----

Senhor Deputado vamos lá entendermo-nos. Os Senhores Deputados, antes de mais vão ouvir a exposição do Senhor Presidente e depois, quem quiser, faz as suas inscrições. Eu entendo assim e penso que a Mesa também assim entende.-----

DEPUTADO TELMO PINTO:-----

Muito bem, assim seja.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Minhas senhoras e meus senhores, cumprindo o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, apresenta-se de seguida uma informação sobre a situação financeira do Município, bem como alguns elementos sobre a atividade municipal no período de 20 de Outubro a 20 de Dezembro de 2013.-----

Desde o dia 20 de Outubro – data da tomada de posse – até 20 de Dezembro, a Câmara Municipal manteve em pleno funcionamento todos os serviços da Autarquia procurando, sistematicamente, instalar novos métodos de respostas às necessidades dos munícipes de modo a incutir eficácia e redução de custos nos processos, sempre no rigoroso cumprimento da lei.-----

É nossa preocupação monitorizar e acompanhar toda a actividade municipal para assim avaliar o seu desempenho e disso dar conta, com absoluta transparência, a esta Assembleia.-----

Situação Financeira. Desde o dia 20 de Outubro, foi preocupação deste Executivo identificar os estrangulamentos financeiros que conduziram à situação de “desequilíbrio financeiro estrutural” e conseqüente adesão ao Programa de Apoio à Economia Local – o PAEL - e ao Programa de Reequilíbrio Financeiro.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

22

A dívida contabilística registada e reconhecida pela Divisão Financeira tem um total de 21, 1 milhões de euros, sendo a Fornecedores 9 milhões de euros e de Empréstimos bancários 12, 1 milhões de euros.-----

A dívida ainda não evidenciada contabilisticamente, nem provisionada tem um valor apurado até à data de, aproximadamente, de três milhões, novecentos e três mil euros. Em Processos judiciais estão 3.070.00 euros. A estes valores acresce o IVA, juros, custas judiciais e honorários dos juristas externos já contratados para alguns casos.-----

Outros montantes também são reclamados por empreiteiros e são feitos de uma forma verbal e que ainda estão sem processo judicial e que ascendem a 850.000 euros.-----

Outra dívida que importa referir, que não é da responsabilidade da Câmara, neste momento, é dívida que as Juntas de Freguesia apresentam. Algumas Juntas já tiveram o cuidado de nos transmitir a sua situação financeira e imputar essa responsabilidade à Câmara Municipal. Outras Juntas já estão em processo judicial, os empreiteiros já estão em processo judicial contra as Juntas. E a dívida em processo judicial contra as Freguesias mas que estas imputam responsabilidade à Câmara Municipal é de 4.182.00 euros.-----

Esta situação levou a Câmara Municipal, no Diário da República, 2.ª série — N.º 60 — de 26 de março de 2013 foi mandado publicar, pelo Executivo de então, que nos antecedeu o seguinte:—

«O Município de Alijó, depois de esgotadas as possibilidades de recurso a outros mecanismos conducentes ao restabelecimento de uma situação financeira equilibrada, nomeadamente a adoção de um plano de saneamento financeiro, declarou, em sessão da respetiva Assembleia Municipal, realizada a 28 de setembro de 2012, a situação de *desequilíbrio financeiro estrutural*» que conduziu à adesão ao PAEL e *Reequilíbrio Financeiro*, cujos montantes são: 4 milhões e quatrocentos e vinte e quatro mil euros, do PAEL e 15 milhões e quinhentos mil euros, do *Reequilíbrio Financeiro*.-----

Estes programas (PAEL e *Reequilíbrio Financeiro*) até à data não tiveram o respetivo visto do Tribunal de Contas, pois foram sendo pedidos sucessivos esclarecimentos acerca destes processos. De entre os pedidos de esclarecimento, são mais de uma centena de quesitos. Mostramos a esta Assembleia um excerto que ilustra a dificuldade que temos para encontrar respostas, aceitáveis pelo Tribunal de Contas, que justifiquem o que se passou na gestão municipal. Primeiro quesito que é ilustrativo. Diz assim o Tribunal de Contas: «Atendendo ao

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



facto de ainda não ter sido esclarecido perante este Tribunal de como entende possível que a execução dos orçamentos anuais entre 2009 e 2012, se tenham caracterizado pela sistemática sobrestimação de receitas em conjugação com a assunção de compromissos desarticulados da respetiva arrecadação de receita necessária e suficiente ao seu financiamento, agravado pelo facto de tal execução ter sido antecedida de despacho proferido em sessão diária de 25 de maio de 2009, e que esteve na base da concessão do visto ao contrato de empréstimo destinando a saneamento financeiro - Processo n.º 12 589/09, no qual, designadamente, se mencionava "A adoção de um plano de saneamento financeiro implica um compromisso sério de realização e manutenção do equilíbrio financeiro, em que se respeitem os limites legais de endividamento, se cumpram os compromissos perante terceiros, designadamente fornecedores, e que era, portanto, se exclua a assunção de despesas sem garantia do respetivo financiamento" pondere proceder, detalhadamente, a este esclarecimento». Esta pergunta já foi respondida, voltou exatamente a mesma pergunta do Tribunal de Contas. Não compreende a resposta.-----

Outra pergunta que o Tribunal de Contas põe: «Mais se esclareça como entende possível afirmar que "o Município preconizou nos consecutivos orçamentos medidas extraordinárias, designadamente venda de bens de investimento, que compensassem a perda drástica de receitas..." quando a situação constatada deriva da assunção de compromissos assentes em previsões de receita sobrestimadas sem expectativa da respetiva arrecadação e em desrespeito com as previsões assentes no plano de saneamento visado pelo Tribunal de Contas.». Esta é uma segunda questão, um segundo quesito. Que também o Tribunal de Contas não considera a resposta que já foi dada e que volta com ela.-----

É difícil a este Executivo explicar o que então se passou. É um facto, está constatado. Ou aceitam, ou não aceitam. Neste momento é a nossa posição e seguiremos o caminho, de forma a que se consiga, realmente quer que o PAEL seja, numa primeira fase, esse sim, aprovado, o visto do Tribunal de Contas e numa segunda fase, seguiremos para o Reequilíbrio Financeiro, após conseguirmos uma explicação cabal para estas duas perguntas.-----

Importa também referir outra situação: Instalou-se também no anterior Executivo da Câmara Municipal uma prática reiterada de facilitismo e laxismo que levou à não observância das regras na adjudicação e execução de obras públicas. Esta situação acarretou a existência de trabalhos a mais, em grande parte das obras, apenas por ordem verbal, bem como à contratação de outras, também apenas por ordem verbal, sem qualquer procedimento concursal ou

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

24

administrativo e que, atualmente conduzem a um clima de permanente litigância entre os empreiteiros e a Câmara Municipal. Os empreiteiros querem receber o que lhes é devido pelas obras executadas, todavia a camara municipal não lhes pode pagar pois as respetivas dívidas não estão refletidas na contabilidade por haverem sido celebradas por contrato meramente verbal. -----

A única maneira de resolver este problema é obter, em primeiro lugar, uma condenação em tribunal – por enriquecimento ilícito do município – sempre condicionada à existência da disponibilidade financeira para cumprir a sentença. -----

Esta situação de permanente litigância criada leva a um desgaste continuado na gestão diária, a um consumo de recursos humanos e financeiros e, por fim, deixa a dúvida ao Executivo se não estaremos perante atos ilícitos que possam trazer responsabilidades pessoais a quem agora os tenta resolver. -----

Apresentamos a esta Assembleia um resumo das ações judiciais já em curso contra este Município pois sabemos que outras serão oportunamente também apresentadas. Vou passar então, o resumo das ações que intendem sobre este município. -----

Para que os senhores Deputados aqui presentes e os Municípes possam ter a noção da realidade, de uma forma transparente, da situação em que este Município se encontra relativamente a processos judiciais em curso e que eu acabei de dizer, que consomem grande parte da energia na gestão diária, consomem recursos humanos e financeiros e deixam-nos nesta dúvida permanente, se estaremos a responder bem e se isto não nos acarretará responsabilidades pessoais de futuro”. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou um powerpoint com os processos que estão neste momento em diferentes tribunais: -----

— **Tribunal Judicial de Alijó** -----

— Processo nº 117175/13.5YIPRT -----

— Processo de Injunção -----

— Parte contrária: Seivareal -----

— **Montante: 248,56 euros** -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

25

— Objeto de litígio: Fornecimento de mercadorias ou peças auto —

— Aguarda-se decisão —

— **Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela** —

— Processo nº 339/13.5BEMDL —

— Ação Administrativa Comum (forma sumária) —

— Parte Contrária: Canelas Pinto e Filhos, Lda. —

— **Montante: 20.856,27 euros** —

— Objeto de litígio: Obras contratadas e não pagas relativas ao alargamento do largo de Vilar de Maçada; ampliação e reparação das redes de saneamento de Presandães e na Etar de Pegarinhos. —

— Aguarda-se decisão —

— **Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela** —

— Processo nº 25/06.3BEMDL —

— Ação Administrativa Comum (forma sumária) —

— Parte contrária: Construções Alijoenses —

— **Montante: 22.412,50 euros** —

— Objeto de litígio: liquidação indevida de taxas de compensação relativas ao loteamento nº0040 LO1 —

— Aguada decisão —

— **Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela** —

— Processo nº 296/11.2BEMDL —

— Ação Administrativa Comum (forma sumária) —

— Parte contrária: Luís Filipe Morais de Castro Meireles —

— **Montante: 20.641,50 euros** —

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

26

— Objeto de litígio: reclamação de diferenças salariais no montante do valor da ação, sendo que o Município apenas reconhece 3.452,62€.

— Aguarda-se a marcação da audiência

— **Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu**

— Processo nº 1248/08.5BEVIS

— Ação Administrativa Comum (forma sumária)

— Parte contrária: Jeremias de Macedo e Companhia, Lda.

— **Montante: 135.175,30 euros**

— Objeto de litígio: dívida emergente da revisão de preços dos trabalhos a mais efetuados na obra de beneficiação da Estrada Municipal de Carlão a Caldas de Carlão.

— Aguarda Marcação da Audiência

— **Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela (processo Transferido de Braga)**

— Processo nº 11004/11.8YIPRT

— Injunção

— Parte contrária: Alberto Couto Alves SA

— **Montante: 187.278,19 euros**

— Objeto de litígio: dívida emergente de obras de remodelação no estádio municipal.

— Aguarda-se decisão

— **Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela**

— Processo nº 61/07.1BEMDL

— Ação Administrativa Especial

— Parte contrária: António da Cunha Sousa e mulher

— Montante: ainda não tem valor

— Objeto de litígio: pedido de legalização da construção de um ponto de entrega de energia elétrica em Carvalho.

— Aguarda decisão

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

27

----- **Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu** -----

----- Processo nº 1222/08.1BEVIS -----

----- Ação Administrativa Comum (forma ordinária) -----

----- Parte contrária: Jeremias de Macedo e Companhia, Lda -----

----- **Montante: 42.856,00 euros** -----

----- Objeto de litígio: dívida de revisão de preços de trabalhos a mais no "arranjo urbanístico da Avenida 25 de Abril" em Alijó. -----

----- Aguarda marcação da audiência de julgamento -----

----- **Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela** -----

----- Processo nº 246/12.9BEMDL -----

----- Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos -----

----- Parte contrária: Martinho José Barros Salgueiro -----

----- **Montante: 11.000,00 euros** -----

----- Objeto de litígio: impugnação de ato administrativo com pedido de indemnização -----

----- **Aguarda Marcação da Audiência** -----

----- **Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu** -----

----- Processo nº 1246/08.9BEVIS -----

----- Ação Administrativa Comum (forma ordinária) -----

----- Parte contrária: Jeremias de Macedo e Companhia, Lda. -----

----- **Montante: 72.734,62 euros** -----

----- Objeto de litígio: revisão de preços de trabalhos a mais na obra da rede viária e sinalização - 2ª fase - do Alto de Pegarinhos - Santa Eugénia, Casas da Serra e Granja. -----

----- Houve recurso da decisão proferida que absolveu o Município (aguarda-se decisão do Recurso). -----

----- **Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela** -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

28

— Processo nº 307/08.9BEMDL —

— Ação Administrativa Comum (forma ordinária) —

— Parte contrária: Higinio Pinheiro e Irmão, Lda. —

— **Montante: 1.550.572,91 euros** —

— **Objeto de litígio: (varias empreitadas e aluquer de maquinas e veiculos)** —

Esta está dividida nas seguintes obras: —

— **Execução da Beneficiação de Estradas do Concelho (Vale de Mendiz ao Passadouro)** —

— Contrato escrito (empreitada)94.375,00€ + IVA —

— Execução de trabalhos a mais (ordem verbal) 29.994,48€ + IVA —

— **Reclama o pagamento do valor dos trabalhos a mais: 29.994,48 euros** —

— **Execução da Beneficiação de Estradas no Concelho (Alijó – Senhora da Piedade)** —

— Contrato escrito (empreitada) 143.000,00€ + IVA —

— Contrato escrito (trabalhos a mais)32.725,00€ + IVA —

— Ordem verbal (trabalhos a mais)..... 295.493,50€ + IVA —

— **Reclama a quantia de 328.218,50 + IVA** —

— **Pavimentação do Parque Industrial** —

— Contrato escrito (empreitada)94.750,00€ + IVA —

— Contrato escrito (trabalhos a mais)23.100,00€ + IVA —

— Ordem verbal (trabalhos a mais)99.908,50 € + IVA —

— **Reclama a quantia de123.008,50 € + IVA** —

— **Execução da Beneficiação de Estradas no Concelho (Rapadoura à E.N.212)** —

— Contrato verbal (empreitada)..... 27.750,00€ + IVA —

— Contrato verbal (trabalhos a mais)5.775,00€ + IVA —

— Ordem verbal (trabalhos a mais) 31.945,53 + IVA —

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

29

— **Reclama a quantia de37.720,53€ + IVA**-----

---- **Pavimentação do Cruzamento do Castedo ao Lugar da Granja**-----

---- Contrato verbal (empreitada)30,750,00€ + IVA-----

---- Contrato verbal (trabalhos a mais) 6.825,00€ + IVA-----

---- Ordem verbal (trabalhos a mais)..... 2.173,25€ + IVA-----

— **Reclama a quantia de39.748,25 +IVA**-----

---- **Pavimentação de Vilarinho de Cotas ao Roncão**-----

---- Contrato escrito (empreitada) 56.050,00€ + IVA-----

---- Ordem verbal (trabalhos a mais).....41.490,00€ + IVA-----

---- **Reclama a quantia de 41.490,00€ + IVA**-----

— **Construção do Caminho Agrícola de Castedo do Douro ao Tua**-----

---- Contrato escrito (empreitada)..... 165.792,13 + IVA-----

---- Ordem verbal (trabalhos a mais) 32.304,44 + IVA-----

---- **Reclama a quantia de32.304,44€ + IVA**-----

---- **Beneficiação de Estradas no Concelho (Carlão-Franzilha)**-----

---- Contrato escrito (empreitada) 120.500,00€ + IVA-----

---- Contrato escrito (trabalhos a mais) 26.840,00 + IVA-----

---- Ordem verbal (trabalhos a mais) 183.782,00 + IVA-----

---- **Reclama a quantia de 328.872,00€ + IVA**-----

---- **Beneficiação de Estradas no Concelho (S. Mamede Ribatua-Safres)**-----

---- Contrato escrito (empreitada)118.375,00€ + IVA-----

---- Contrato escrito (trabalhos a mais) 27.324,00€ + IVA-----

---- Ordem verbal (trabalhos a mais)131.814,25€ + IVA-----

---- **Reclama a quantia de277.513,25 € + IVA**-----

---- **Pavimentação Junto ao Muro da Veiga**-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

30

— Contrato verbal (empreitada)	8.608,50€ + IVA
— Reclama a quantia de	8.608,50€ + IVA
— <u>Pavimentação junto ao Cemitério do Pinhão</u>	
— Contrato verbal (empreitada)	4.119,50€ + IVA
— Reclama a quantia de	4.119,50€ + IVA
— <u>Pavimentação do Largo de Francelos</u>	
— Contrato verbal (empreitada)	11.107,50€ + IVA
— Reclama a quantia de	11.107,50€ + IVA
— <u>Pavimentação do Largo em Carlão</u>	
— Contrato verbal (empreitada)	15.750,00€ + IVA
— Reclama a quantia de	15.750,00 + IVA
— <u>Beneficiação de Estradas em Portela – Alijó</u>	
— Contrato verbal (empreitada)	27.230,00€ + IVA
— Reclama a quantia de	27.230,00+ IVA
— <u>Estrada Municipal de Acesso a Cavalariça Junto à Variante de Alijó</u>	
— Contrato verbal (empreitada)	9.743,43€ + IVA
— Reclama a quantia de	9.743,43€ + IVA
— <u>Beneficiação de Estradas na Junta de Freguesia do Pinhão</u>	
— Contrato verbal (empreitada)	34.054,90€ + IVA
— Reclama a quantia de	34.054,90€ + IVA
— <u>Beneficiação de Estradas Seixeda – Alijó</u>	
— Contrato verbal (empreitada)	31.354,63€ + IVA
— Reclama a quantia de	31.354,63 + IVA
— <u>Pavimentação do Campo de Tiro</u>	
— Contrato verbal (empreitada)	27.885,50 + IVA
— Reclama a quantia de	27.885,50€+IVA

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37

--- **Alargamento em S. Mamede Ribatua** -----

--- Contrato verbal (empreitada) 39.842,00€ + IVA -----

--- **Reclama a quantia de..... 39.842,00€ +IVA** -----

--- **Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela** -----

--- Processo nº 368/09.3BEMDL -----

--- Ação Administrativa Comum (forma ordinária) -----

--- Parte contrária: Alberto Couto Alves, SA -----

--- **Montante: 297.227,60 €** -----

--- Objeto de litígio: indemnização pelos sobrecustos suportados pela Empresa com as sucessivas prorrogações de prazo da "Empreitada do Estádio Delfim Magalhães, requalificação e Arrelvamento Sintético do Campo de Futebol" -----

--- Aguarda-se marcação da audiência de julgamento. -----

--- **Tribunal Judicial de Alijó** -----

--- Processo nº 335/08.4EBMDL -----

--- Ação Administrativa Comum (forma ordinária) -----

--- Parte contrária: Construtora de Murça – Industria de Construção Civil, Lda. -----

--- **Montante: 668.854,15€ + juros** -----

--- Aguarda marcação de julgamento -----

--- **Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto** -----

--- Processo nº 11004/11-8yiPRT -----

--- Injunção -----

--- Parte contrária: Alberto Couto Alves, SA -----

--- **Montante: 187.278.19** -----

--- **Fatura vencida – Pedido de pagamento** -----

--- **Fatura vencida.** -----

--- **MT3 – Engenharia e Obras Lda.** -----



— *Reclama o pagamento da fatura vencida no valor de 158.000 euros mais juros de atraso no valor de 22.000 euros relativo a um ajuste direto feito durante a empreita "Requalificação Urbana da Rua Francisco Artur Martins".*-----

— **ALUGUER DE EQUIPAMENTOS**-----

— *MT3 – Engenharia e Obras Lda.*-----

— *Anos de 2004, 2005 e 2006: diversos contratos verbais de aluguer de máquinas e veículos destinados à realização das obras da Câmara Municipal de Alijó:..... 102.000,00€ +IVA*-----

— *Aguarda Marcação da Audiência*-----

De seguida apresentou alguns acordos de pagamento que foram feitos, referindo-os pela relevância material que têm:-----

Acordos de pagamento já estabelecidos-----

— *Copfer – 25.000 euros/mês durante 60 meses (Início em 2011)*-----

— *Arménio Sousa Gonçalves – 10.000 euros/mês durante 4 meses (Início em Dezembro 2013)*

— *José Santos Fernandes e Filhos – 14.313 euros/mês durante 65 meses (Início em 2010)*-----

— *Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro – 6.919 euros/mês durante 95 meses (Início em 2010)*-----

— *Terreno em Alijó a José Barros – 2.500 euros / mês durante 70 meses (Início...)*-----

Apresentou de seguida um acordo a estabelecer e que foi apresentado num dos pontos em discussão.-----

Acordos de pagamento a estabelecer:-----

— *Suma Douro / Suma S.A. / Real Verde – 16.500 euros/mês durante 48 meses. Trata-se da recolha de lixo. O município foi condenado em Tribunal Arbitral, no valor de 778.000 euros, tendo este sido o acordo possível. Segundo informações de municípios vizinhos, dizem ter sido um bom acordo, pois o município conseguiu os dois primeiros anos sem juros.*-----

Apresentou de seguida outras obrigações que o município tem e que pela sua relevância material se deve referir.-----

Obrigações que geram encargos ao Município de elevada relevância financeira:-----

— **Saneamento (Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro)**-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



--- Média de gastos mensais: **35.000** euros mensais-----

--- Receita mensal: **24.000** euros-----

--- **Défi ce mensal de 11.000 euros**-----

--- **Água (Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro)**-----

--- Média de gastos mensais: **53.500** euros-----

--- Receita mensal: **37.500** euros-----

--- **Défi ce mensal de 16.000 euros**-----

--- **Resíduos (Resinorte e EGEO)**-----

--- Média de gastos mensais: **42.000** euros mensais-----

--- Receita mensal: **18.500** euros-----

--- **Défi ce mensal de 23.500 euros**-----

--- **Transportes Escolares**-----

--- Despesa: **252.000** euros-----

--- Transferência Ministério Educação: **71.955** euros-----

--- Pagamento alunos: **40.000** euros-----

--- **Défi ce mensal de 11.666 euros**-----

A par disso e das dívidas à banca, além das amortizações obrigatórias, decorrem juros implicam:

--- ***Juros de dívidas e encargos inerentes à dívida: 92.664.30 euros por mês***-----

O Senhor Presidente continuou dizendo: "Esta é a situação financeira apurada desde o dia vinte de outubro até ao dia trinta de dezembro e que tinha relevância material suficiente para ser apresentada na Assembleia Municipal. Outros casos há que ainda desconhecemos. Estou convencido que ainda vão aparecer mais pessoas, porque todos os dias estão a chegar queixas, reclamações, apresentação de pequenas facturas. São situações que face a estes montantes, entendemos não trazer aqui. Numa próxima Assembleia reuniremos isso tudo num pacote e daremos conhecimento disto."

Face a isto, elaboramos um powerpoint para ver a evolução da dívida ao longo destes anos da Câmara Municipal:



À data da presente informação, o Município de Alijó, tem dívida a fornecedores na ordem dos 9 milhões de euros. -----

No que respeita aos empréstimos bancários, a dívida ascende a cerca de 12,1 milhões de euros e que estão a ser pagos de acordo com as cláusulas contratuais, não estando em atraso nenhuma prestação.-----

Acresce ainda, que o pagamento da dívida está em grande parte dependente do visto do Tribunal de Contas no Programa de Apoio à Economia local e de Reequilíbrio Financeiro.-----
Importa referir, que a dívida do Município, está a ser liquidada de acordo com planos de pagamento aprovados.-----

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

	FCC	FIMO	EMPRÉSTIMOS	OUTROS CREDORES	TOTAL
2008	1.293.324,27	6.573.852,30	7.759.147,07	---	15.626.323,64
2009	2.048.870,78	3.628.162,50	16.513.605,56	---	22.190.638,84
2010	3.922.673,43	4.507.371,29	15.887.507,52	130.220,37	24.447.772,61
2011	4.389.745,28	4.851.120,31	15.235.191,87	508.139,81	24.984.197,27
2012	5.185.871,91	4.051.072,79	13.771.518,61	208.291,24	23.216.754,55
2013	4.946.253,55	2.971.160,64	12.132.875,13	870.550,09	20.920.839,41





EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Com inclusão de montantes provenientes de processos judiciais em curso
contra o Município – 3.073.000 €

	FCC	FIMO	EMPRÉSTIMOS	OUTROS CREDORES	TOTAL
2008	1.293.324,27	6.573.852,30	7.759.147,07	—	15.626.323,64
2009	2.048.870,78	3.628.162,50	16.513.605,56	—	22.190.638,84
2010	3.922.673,43	4.507.371,29	15.887.507,52	130.220,37	24.447.772,61
2011	4.389.745,28	4.851.120,31	15.235.191,87	508.139,81	24.984.197,27
2012	5.185.871,91	4.051.072,79	13.771.518,61	208.291,24	23.216.754,55
2013	4.946.253,55	2.971.160,64	12.132.875,13	3.943.550,09	23.993.839,41

5



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Com inclusão de montantes, reclamados verbalmente por fornecedores/empreiteiros ainda sem processo judicial – (3.073.000,00€ + 850.000,00€)

	FCC	FIMO	EMPRÉSTIMOS	OUTROS CREDORES	TOTAL
2008	1.293.324,27	6.573.852,30	7.759.147,07	—	15.626.323,64
2009	2.048.870,78	3.628.162,50	16.513.605,56	—	22.190.638,84
2010	3.922.673,43	4.507.371,29	15.887.507,52	130.220,37	24.447.772,61
2011	4.389.745,28	4.851.120,31	15.235.191,87	508.139,81	24.984.197,27
2012	5.185.871,91	4.051.072,79	13.771.518,61	208.291,24	23.216.754,55
2013	4.946.253,55	2.971.160,64	12.132.875,13	4.793.550,09	24.843.839,41

8



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

39

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Com inclusão de montantes, reclamados verbalmente por fornecedores/empregadores ainda sem processo judicial – (3.073.000,00€ + 850.000,00€)



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

40

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Com inclusão de montantes responsabilidades das Juntas de Freguesias, que por sua vez imputam à Câmara Municipal (3.073.00,00€ + 850.000,00€ + 4.182.000,00€)

	FCC	FIMO	EMPRÉSTIMOS	OUTROS CREDORES	TOTAL
2008	1.293.324,27	6.573.852,30	7.759.147,07	—	15.626.323,64
2009	2.048.870,78	3.628.162,50	16.513.605,56	—	22.190.638,84
2010	3.922.673,43	4.507.371,29	15.887.507,52	130.220,37	24.447.772,61
2011	4.389.745,28	4.851.120,31	15.235.191,87	508.139,81	24.984.197,27
2012	5.185.871,91	4.051.072,79	13.771.518,61	208.291,24	23.216.754,55
2013	4.946.253,55	2.971.160,64	12.132.875,13	8.975.550,09	29.025.839,41

10

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



Todos os montantes aqui apresentados foram os relatados até à data de apresentação deste documento, pelos advogados ao serviço do Município, por alguns Senhores Presidentes de Junta, fornecedores e empreiteiros. Neste apanhado, ainda há dívida de Juntas de Freguesia que não está contemplada no documento apresentado, porque alguns Senhores Presidentes de Junta não a comunicaram. O Município irá defender-se destas ações em tribunal e espera ganhar algumas ações, permitindo que a dívida seja inferior à que se perspectiva.-----

Neste contexto importa recordar a todos vós os compromissos assumidos com a adesão ao PAEL e ao Reequilíbrio Financeiro:-----

As autarquias com um contrato ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) têm de respeitar um conjunto estrito de obrigações, entre as quais:-----

-----Redução e racionalização da despesa corrente e de capital;-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

42

- Existência de regulamentos de controlo interno;-----
- Optimização da receita própria;-----
- Intensificação do ajustamento municipal nos primeiros cinco anos de vigência do PAEL;-----
- Fixação de impostos municipais à taxa máxima;-----
- Redução de 2% do número de trabalhadores e em 2014 será de 3%;-----
- Apresentar ao membro do Governo responsável pela área das autarquias locais relatórios trimestrais sobre o cumprimento do plano;-----

Em caso de incumprimento de qualquer prestação do serviço da dívida do contrato de empréstimo, e pelo valor das prestações em atraso, independentemente dos limites previstos na Lei das Finanças Locais, a DGAL procede à retenção da receita não consignada proveniente das transferências do Orçamento do Estado.-----

Face ao exposto, este Executivo elaborou o Orçamento agora proposto: um Orçamento condicionado pelo estado financeiro da Autarquia e em consonância com os compromissos assumidos pela Assembleia Municipal aquando da aprovação da adesão ao PAEL. -----

Não obstante grande parte do orçamento ter como objeto a satisfação de compromissos anteriormente assumidos, bem como mitigar os problemas de carácter ambiental com que o Município se confronta, canalizámos as parcas disponibilidades financeiras para projetos no âmbito do social.-----

Entende este Executivo que o controlo rigoroso, quer da despesa, quer dos procedimentos, quer ainda, do acompanhamento e gestão de todo o contencioso é decisivo para que o Município possa encontrar o equilíbrio necessário à prossecução da sua missão: Servir. Tenho dito. Obrigada.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu ao Senhor Presidente e abriu o período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Telmo Pinto, Filomena Nogueira, António Lousa, Laureano Guedes, João Vilela.-----

DEPUTADO TELMO PINTO: -----

Senhor Presidente da Câmara muito obrigado pelo powerpoint apresentado, contudo eu, em nome da Bancada do Partido Socialista, não lhe vamos levar a mal pelo incumprimento do artigo décimo sexto do Regimento, porque seria bem mais fácil para nós e porventura para o Senhor Presidente da Câmara, se toda esta informação viesse precisamente na informação escrita que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

43

o Senhor Presidente entretanto enviou para os Senhores Deputados. Mas pronto, é Natal, enfim, não se leva muito a mal. Mas eu percebi o seu esforço, compreendi perfeitamente qual o objetivo da forma como explanou os documentos e não só, e todos os valores que neles estavam inscritos e percebi também qual é o objetivo do ponto de vista político da apresentação dos mesmos. Contudo, deu-me a ideia de uma conversão, até de, não digo de propaganda, mas uma explicação para mais alguém ver que não sejam os Deputados Municipais, mas se foi essa a intenção, está conseguida. Contudo, de tantos números que foram ditos, se eu tivesse em suporte de papel, se estivesse a olhar para eles e a ouvir o Senhor Presidente, porventura teria não só uma preparação mais eficaz, mais rigorosa e um poder de defesa com argumentação relativamente aos números que foram apresentados. Tal não foi facultado, logo, não estou em condições de poder referir qualquer número que foi apresentado pelo Senhor Presidente. Espero que isto não tenha sido intencional ou que não tenha sido negligência do Senhor Presidente. A verdade é que porventura também lhe faltou tempo para passar o que está nos powerpoints e aquilo que foi dito na sua intervenção, para a informação escrita, tal e qual como consta no primeiro ponto da ordem de trabalhos.-----

Gostaria só de questioná-lo relativamente ao seguinte. Eu verifiquei alguns números e, de facto, no quadro do último gráfico apresentado, nota-se e é evidente a curva descendente daquilo que tem a ver com a dívida. Mas mais importante do que isso, quero acreditar que o Senhor Presidente vai defender os interesses do Município naquilo que são os processos em tribunal. Porventura, aqueles números que estão ali, enfim, se calhar, não vão ser aqueles que vão aparecer nas condenações, penso eu, até porque os valores apresentados entre processos e as condenações, o valor é muito inferior. Portanto, tudo aquilo que ainda não foi decidido, esperemos que venha numa decisão ao encontro daquilo que é o interesse da Câmara Municipal e dos munícipes no geral.-----

Gostaria também de saber da parte do senhor Presidente, qual é a sua estratégia, relativamente àquilo que a todos nós nos incomoda e que tem a ver com a dívida. O que é que pensa fazer relativamente a isso, embora tenhamos aí o PAEL, como já foi aqui referido. Muito obrigado.---

DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA: -----

Verifico que o Tribunal de Mirandela tem na Câmara Municipal de Alijó um excelente cliente. Parece-me que parte dos trezentos mil euros que herdei de dívida da Freguesia de Ribalonga

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

44

estão incluídas na dívida hoje aqui apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente, está incluída a estrada da Rapadoura. O alcatrão da estrada da Rapadoura, está aqui incluída, verifiquei isto agora. No entanto, sei que as ações judiciais são direcionadas à União das Freguesias de Pópulo e Ribalonga. Por isso, peço ao Executivo Municipal, apoio jurídico urgente, para defesa destes processos por parte da União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga, porque para além das obras aqui verificadas, há outras obras que ainda não estão incluídas e que eu mais tarde comunicarei ao Senhor Presidente da Câmara. Muito obrigado.—

DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA: -----

Senhor Presidente da Câmara, agradeço-lhe a sua intervenção e pela primeira vez, esta Assembleia pode conhecer o estado financeiro deste Município. Se fosse possível, pedia para entregar a cada Grupo Parlamentar, uma exposição em papel desses números, o nosso grupo agradecia. O senhor Presidente referiu-se aí a uma coisa, que está com medo, que a nível pessoal, pode ter que responder, ter problemas, por causa de assumir certas dívidas. E quem as fez, não vai ter problemas? Vai passar impune entre as pingas e não vai ter nenhum problema? Vai ter problemas quem as vai pagar e quem as contraiu não vai ter problemas? Gostava desse esclarecimento.-----

Outro esclarecimento, uma das coisas que nós vimos no powerpoint, o grande bloco da dívida é de obras a mais. Foi por desleixo? Foi premeditado? Gostávamos que nos pudesse dar um esclarecimento. Para já é tudo, obrigado.-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: -----

Resta-me apenas talvez acrescentar um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, da viabilidade da apresentação do documento integral do Tribunal de Contas, se fosse possível, para melhor avaliação dos Senhores Deputados, sobre a questão que apresentou. -----

DEPUTADO JOÃO VILELA:-----

Depois da apresentação que Senhor Presidente fez sobre o que até agora encontrou, o que até agora lhe chegou às mãos, o que até agora pôde apreciar, não digamos que isto não era propriamente novidade que isto pudesse ter acontecido. Mas o estado calamitoso em que se encontra e que algumas pessoas defendiam, que não era tão grave quanto isso, que seria pacífico de resolver, afinal não será tão pacífico quanto isso. E a atitude do Senhor Presidente

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

45

que foi aqui atribuída pelo Senhor Deputado Telmo Pinto de negligente, ou que poderia ser negligente, por não ter facultado estes documentos, eu penso que o Senhor Presidente referiu no início - e se eu estiver enganado, eu peço que me corrija - que estes dados, foi até ao dia de hoje. Portanto, presumo que o documento não esteja pronto há uma série de dias, imagino eu. Portanto se é até ao dia de hoje, foi informação recolhida até ao dia de hoje. Dal, digo eu, que não tenha sido disponibilizado antecipadamente. Agora, negligente foi efectivamente quem contraiu aquelas dívidas, quem não as pagou, quem não as acautelou e quem, por consequência disso, hipotecou o presente e o futuro das próximas gerações no Concelho de Alijó. Agora, parece-me, e se tiver enganado comijam, que há matéria para procedimento judicial e penso que esta informação deveria ser remetida ao Ministério Público, para averiguar se efectivamente há aqui procedimentos administrativos incorrectos, ilegais, porque não me parece correcto que agora apareçam aqui empresas a dizer que houve ordens verbais para conclusão de obras ou para inicialização de obras. Mas a partir de que ponto é que isso se prova? Como é que se prova? E ainda cobrar juros por isso? E depois, não sei - de questões judiciais não tenho muito conhecimento - mas parece-me que é esta situação é susceptível de ser investigada, até para melhor clarificação e, dado que, um pedido de auditoria foi chumbado em reunião de câmara, entreguemos isto a quem de direito para investigar.-----

A **PRESIDENTE DA MESA**, excepcionalmente, autorizou o Senhor Deputado Cláudio Vilela a solicitar um esclarecimento ao Senhor Presidente, pois não tinha solicitado essa intenção aquando da abertura do pedido de esclarecimentos.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA:-----

Eu gostava apenas de colocar umas questões ao Senhor Presidente da Câmara, que é o seguinte: destes valores de dívida que o Senhor Presidente de Câmara apresentou, qual deles são efectivamente verdadeiros? Quais deles é que o Senhor Presidente de Câmara considera também verdadeiros? Ou seja, qual é a dívida que o Senhor Presidente de Câmara assume perante estas solicitações dos empreiteiros? Gostava também de saber qual é exactamente o valor da dívida dessas ações judiciais, que já foi transitada em julgado? Efectivamente será essa a dívida da Câmara Municipal. E também, já agora, o que me suscita algumas dúvidas é, que os valores que os empreiteiros apresentam perante certas obras, os valores verbais sejam superiores aos valores dos contratos escritos e isso faz-me pensar o seguinte, qual o empreiteiro que hoje em dia assume contratos verbais de valores exorbitantes? Isto levanta-me dúvidas e

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

46

não me faz crer que efectivamente que essa dívida seja verdadeira. Relativamente à exposição do Senhor Presidente de Câmara, hoje focou-se apenas numa exposição sobre a parte financeira da Autarquia. Normalmente nós estávamos habituados a que o anterior Presidente de Câmara nos enviasse uma documentação escrita, com toda a actividade do Município ou seja, a actividade cultural, a actividade da ação social, a actividade de apoio ao desporto, etc. Relativamente a isso, nada foi focado e isso também reflecte e muito, a dinâmica do nosso Concelho, não é? Queremos saber se as pessoas estão a usufruir, se de facto estão a usufruir da cultura, de lazer, de desporto, das ações promovidas pela Câmara Municipal, se na questão da ação social se houve aumento ou diminuição de apoios e etc, relativamente a esses pormenores. Era só, muito obrigado.-----

A PRESIDENTE DA MESA deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos pedidos de esclarecimentos dos Senhores Deputados.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

Senhor Deputado Telmo Pinto, relativamente à dívida: Que estratégia com a dívida? Eu só conheço uma, é pagar. Não houve qualquer intenção política para fazer isto, apenas uma intenção de transparência.-----

Senhor António Lousa, responsabilidade pessoal poderá haver. Tenho andado a tentar saber, a aconselhar-me qual é a responsabilidade pessoal do Presidente, quando vai negociar acordos de dívidas que foram contratualizadas verbalmente e que ascendem, muitas vezes, à empreitada. A empreitada é de um valor e o contrato verbal é doutro. Esta questão, se calhar, já se entronca ali, com a do Senhor Cláudio Vilela, que estava a dizer «qual é a dívida verdadeira?». Eu não sou o tribunal. Apenas é obrigação do Presidente da Câmara, ao dia de hoje, apresentar a situação financeira da Câmara e comunicar todos os processos que estão em tribunal. Aqui, só tenho essa intenção, comunicar os processos que estão em tribunal. Logicamente que defenderei o Município até à última. Quero ver as medições de obra, quero autos de medição, por pessoas, não só feitos pelos empreiteiros, mas acompanhados pelos nossos técnicos e verificados os valores então praticados à época em que estes actos aconteceram. Daí, também se propõe, neste organograma, um gabinete de auditoria de controlo interno e fiscalização, que dependa do Presidente da Câmara e que possa acompanhar estes

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

47

autos de medição, que eu tenciono acompanhá-los de perto e ter a certeza do que realmente estão a pedir ao Município.-----

Senhor Escultor, o seu pedido. Eu não sei se posso divulgar o que o Tribunal de Contas está a pedir, porque há situações nominais lá, não sei se é ético. Mas eu vou aconselhar-me, vou tentar saber. Se isso for possível, não tenho qualquer dúvida, porque não tenciono esconder nada, muito menos uma gestão de uma situação muito complicada para o Município, aliás, eu preciso que todos ajudem a resolver esta situação. Não é escondê-la que eu vou ter a vossa ajuda. É mostrar e colaborar. Estamos aqui para colaborar uns com os outros. Não sei se é possível divulgá-la desta forma, mas vou procurar saber e dir-lhe-ei qualquer coisa.-----

Senhor Deputado João Vilela põe aqui a questão, como é que é possível isto? Cobrar juros por trabalhos mandados efectuar verbalmente e que são superiores à empreitada. Efectivamente, isso já foi objecto de reflexão do Executivo e meu pessoalmente. Não sei quais são as implicações pessoais que isso possa trazer, a resolução disto, mas em última estância, o Ministério Público será o lugar certo para me informar se isso me traz responsabilidades pessoais ou não.-----

Quanto à informação que o Senhor Deputado Cláudio Vilela pede, relativamente ao desempenho do Município nas diversas actividades, na próxima Assembleia, pois terá, que é a primeira, aí é que faz parte, na próxima Assembleia. Neste momento, foi mesmo a situação financeira, que já estava agendada e é obrigação, nesta altura, do Presidente de Câmara dar este ponto da situação. A grande diferença é que ela foi projectada e anteriormente, parece que era apenas transmitida oralmente. Está à disposição o documento que foi aqui projectado, está à disposição de todos. Já pedi aos serviços de apoio, que disponibilizassem a quem quisesse, no final. Faz favor, estejam à vontade.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** introduziu o segundo ponto da ordem de trabalhos: "Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, de 27 de setembro de 2013". Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

O relatório que aqui trazemos diz respeito ao primeiro semestre de dois mil e treze e que já foi objecto de aprovação na Câmara e que é obrigação, trazê-lo aqui antes do fim do ano, ou seja, em seis meses tem que se produzir um relatório destes. Este relatório nada teve a ver com o

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

48

momento que estamos a viver, não foi produzido por nós, não foi acompanhado por nós, portanto, não sei se há elementos aqui que já vêm da anterior Assembleia, com certeza têm conhecimento disto. Nada mais tenho a dizer, a não ser, entregar à mesa para aprovação.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** perguntou se algum Senhor Deputado gostaria de falar sobre o ponto em apreciação, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Telmo Pinto, João Vilela, Cláudio Vilela e António Lousa. Deu a palavra ao Senhor Deputado João Vilela.-----

DEPUTADO JOÃO VILELA: -----

Relativamente a este relatório, apraz-me registar aqui algumas situações, um apontamento aliás, curioso, que remete para a crise económica e o seu impacto no contexto nacional, para a situação de desequilíbrio financeiro e estrutural da Câmara de Alijó. Ou seja, quando foi pedido este e aprovado este plano de saneamento financeiro, em dois mil e nove, desconhecia-se, segundo este relatório, a dimensão da crise económica e o impacto no contexto nacional e local. Parece-me uma desculpa de mau pagador. Aliás, isso fica justificado pelo gráfico que foi mostrado ali há pouco. Se não estou enganado, em dois mil e oito, a dívida era de quinze milhões. Ela passa, julgo, para vinte e três milhões em dois mil e nove, fruto talvez, deste plano de saneamento financeiro, que de saneamento, nada teve. Depois, registar aqui, que o prazo médio de pagamento passou de trezentos e cinquenta e sete dias, aqui fala-se de um redução ou diminuição em dois mil e onze para duzentos e dois, em dois mil e doze e, duzentos e seis, até junho de dois mil e treze. Portanto, a diminuição não continuou, aumentou, foram quatro dias, mas é relevante, quer dizer, porque numa circunstância destas, em que a diminuição da despesa é crucial para a sustentação da dívida e a diminuição, o pagamento a fornecedores não continua a baixar, mas sim a aumentar. Muito obrigado.-----

DEPUTADO TELMO PINTO:-----

No fundo, este relatório que está em causa, é uma obrigação legal periódica do Município, no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, que já foi encetado em dois mil e nove. Actualmente temos em curso um upgrade deste saneamento, com o plano de reequilíbrio financeiro que acompanha o PAEL, porque basicamente é isto. Mas contudo, eu gostaria que, no documento lessem a alínea c), que tem a síntese daquilo que se refere o mesmo e que diz o seguinte: «sem prejuízo do aludido no ponto anterior, o Município de Alijó manteve o esforço de consolidação das suas finanças, da qual resultou a redução dos stocks de endividamento e

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

49

diminuição do prazo médio de pagamento de trezentos e cinquenta e sete dias, em dois mil e onze, para duzentos e dois, em dois mil e doze e duzentos e seis, em junho de dois mil e treze». Há aqui números que não estão a bater certo. Contudo, eu queria referenciar o seguinte, em Abril estaremos cá para aprovação de contas de gerência da Câmara Municipal de Alijó e vamos confrontar com os números que entretanto foram aqui apresentados. Contudo, e também para dizer que a dívida até dois mil e treze teve uma redução de dois milhões de euros. Mas haverá documentos que irão aparecer com certeza, que provam este número que eu estou a acabar de dizer. Contudo diz: «igualmente em dois mil e doze consolidou-se a diminuição das despesas com pessoal, consubstanciando uma redução de quinhentos e cinquenta e nove mil e novecentos e trinta e sete euros e uma redução de 3,09%, dos efetivos em complemento da redução operada em dois mil e onze de 16,49%», ou seja, a redução de efectivos foi de quase 20%. Portanto, havia de facto uma preocupação e uma tendência de inverter aquilo que era a dívida, ou que está a ser a dívida da Câmara Municipal de Alijó. Contudo, e depois da apresentação que hoje aqui recebemos, o tempo se encarregará depois de mostrar, de facto, quais são os valores correctos, até porque há uma série de dúvidas do Senhor Presidente da Câmara, que são legítimas, porque pelos vistos, a maior parte dos acordos, ou parte da dívida é verbal e vamos ver o que é que vai sair daqui do verbal. Muito obrigado.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA: -----

Eu queria aqui só salientar que de facto há essa preocupação da redução da dívida da Câmara Municipal. O facto que levou a que não se reduzisse ainda mais a dívida, foi a perda drástica de receitas municipais, em consequência directa das operações das reduções operadas nas transferências do Orçamento de Estado. Isto sim é que colocou o nosso Município na situação em que ele se encontra hoje. Portanto, se não fosse a entrada em funcionamento de um novo governo do PSD a reduzir drasticamente estas verbas que vinham para o Município de Alijó, talvez não estarmos nesta situação. E isto vai de encontro àquilo que o Senhor Presidente de Câmara também referiu e de facto, aquelas dívidas, que são dívidas supostas, ou seja, elas de facto não existem. Portanto, a dívida está exactamente no mesmo plano em que estava, não está nos vinte e nove milhões, porque as outras são apenas suposições. Era só, muito obrigado.

DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA: -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

50

Tendo em conta de onde vem este documento, tem a credibilidade que eu lhe queria dar, não confio nele. E não confio porque eu estive na Assembleia Municipal e nunca ouvi falar de dívidas de Juntas e agora vejo Presidentes de Juntas a queixarem-se que têm contas penhoradas, que devem, como ouvi falar aqui, trezentos mil euros, quatrocentos mil euros, eu nunca ouvi falar disso, onde é que estava essa dívida? Onde é que estava essa dívida? Se o documento é tão realista, tão transparente, tão verdadeiro, porque é que essa dívida nunca apareceu? A culpa é sempre do próximo. Temos de ser realistas, temos que assumir as nossas responsabilidades. As culpas e a responsabilidade desta dívida chamam-se vinte anos de governação socialista no Concelho de Alijó. Muito obrigado.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** introduziu o ponto três da ordem de trabalhos: "Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica e definição do número máximo de unidades flexíveis". Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto.-----

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** pediu à Senhora Presidente da Assembleia para que aquele ponto fosse introduzido pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, já que é ele quem tutela o Pelouro tratado naquele ponto, o que foi aceite. Foi dada, de imediato, a palavra ao Senhor Vice-Presidente -----

VICE-PRESIDENTE: -----

Cumprimentou a Mesa, na pessoa da sua Presidente, os Senhores Deputados presentes, os Senhores Vereadores e o público.-----

Cabe-me a mim, apresentar os objetivos e as razões do realinhamento estratégico e organizacional, dos serviços da Câmara Municipal, que este Executivo permanente propõe. Mas queria abrir um pequeno parêntesis para dizer o seguinte, não obstante a vergonhosa campanha de desinformação que tem sido movida contra este realinhamento organizacional, eu repito, vergonhosa, intensíssima, e os Senhores Deputados com certeza sabem do que estou a falar, porque terão sido com certeza abordados, este Executivo permanente, mais do que dar importância ao umbigo de que quer que seja e às capelinhas, passe o termo, está empenhado, e seriamente empenhado, em dotar o Município de uma estrutura organizacional capaz de responder às exigências que se avizinham e neste sentido, queria-vos deixar aqui uma nota, que pretende elucidar sobre os objetivos que se pretendem atingir e os critérios seguidos nessa reformulação. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

67

Como sabem, no final do ano transato, mais concretamente em vinte e oito de dezembro, o anterior Executivo procedeu à reestruturação orgânica e funcional dos serviços da Câmara Municipal de Alijó. A reestruturação, então operada, baseou-se fundamentalmente, na definição de uma nova roupagem, pecando sobretudo por falta de visão estratégica, ambição, arrojo e de quaisquer critérios de racionalidade e razoabilidade. Manteve um elevado e significativo número de serviços desintegrados de unidades flexíveis, divisões e, portanto, sem coordenação direta e próxima que promovesse o necessário controlo, rigor, cooperação entre serviços, responsabilização e capacidade de melhoria na prestação de serviços aos munícipes. Resumindo, a atual organização dos serviços da Câmara Municipal de Alijó permanece pesada, pouco flexível e desajustada da realidade, impreparada portanto, para a assunção da missão e competências da Autarquia enquanto Organismo da Administração Local, não dando garantias de resposta cabal ao aumento da complexidade de processos e tarefas que ao Município são cometidas, a par dos enormes constrangimentos orçamentais e limites à despesa pública. -----

Foram então objetivos deste Executivo, face ao que ficou dito, impõe-se realinhar a estrutura orgânica e funcional da Câmara Municipal de Alijó, fazendo-a assentar em três importantes pilares - eficiência, eficácia e economia - para que a mesma possa apoiar a implementação da estratégia da Autarquia e, desta forma, assegurar a resposta às novas necessidades e desafios do Município. Para tal, impõe-se: -----

----- Intervir na organização do Município, modernizando-a e capacitando-a para a melhoria contínua dos serviços e produtos por ela prestados, promovendo a qualificação e a satisfação dos seus trabalhadores, assegurando a qualidade do serviço público; -----

----- Assegurar, respeitando os limites impostos pela Lei, os meios necessários para a assunção da missão e competências da Autarquia, prevendo o aumento da complexidade das suas tarefas; -----

----- Garantir um modelo de organização e gestão que preveja as principais preocupações estratégicas e operacionais da Autarquia, a sistematização de processos e procedimentos, a aplicação de tecnologias de informação e comunicação e a utilização de ferramentas da qualidade em benefício da organização e do cidadão. -----

Na base deste realinhamento estratégico estão os princípios da economia, rigor, controlo e transparência, desburocratização, simplificação e agilização, responsabilização e cooperação

Nota da Base da Ordémnia da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

52

entre serviços, a participação dos trabalhadores, dos parceiros e dos cidadãos em geral, procurando de forma persistente a rentabilização dos recursos públicos, financeiros, materiais e humanos - com o objetivo de atingir a eficácia e a eficiência nos serviços prestados a quem mais deles precisa, à população. -----

Foram então critérios, para atingir esses objetivos, os seguintes: A proposta de realinhamento da estrutura orgânica dos serviços da autarquia, que nos propomos implementar, pautou-se por critérios objetivos que visam a adaptação estrutural e funcional da Autarquia aos desafios e exigências da sua envolvente atual. Neste sentido detalham-se seguidamente os aspetos considerados, que serviram de pauta à nova proposta de organização dos serviços autárquicos:-

----- Primeiro: Estratégia do Município de Alijó: A estrutura de uma organização tem, entre as suas atribuições, a finalidade de apoiar a implementação da estratégia. Apuradas as opções estratégicas, procedeu-se a uma adaptação da sua estrutura orgânica e funcional que permitisse a implementação da mesma. Por outro lado, considerando a importância que a definição de implementação de uma estratégia tem para o funcionamento do Município, procurámos dotar a nova estrutura de serviços de apoio específicos que apoiem a definição, implementação e avaliação de futuras estratégias. Neste âmbito será dado especial relevo à cooperação estratégica entre o Município e as Freguesias e entre o Município e os agentes económicos privados; -----

----- Segundo: O diagnóstico: Não obstante o ainda curto período de tempo que este executivo permanente leva em funções, apurou-se, entre outras, uma significativa falta de cooperação entre serviços do Município, designadamente entre unidades orgânicas de suporte e apoio à gestão e à organização. Esta falta de cooperação entre unidades de suporte concorre para que o procedimento técnico-administrativo e, bem assim, o ato decisório, não raramente, se revele deficientemente instruído, conduzindo frequentemente à acumulação de prejuízo para o erário público. Convictos da importância que devem merecer as relações de cooperação e de integração entre unidades orgânicas desta natureza e, numa lógica de potenciar a agregação por atividades, propomos a sua fusão; -----

----- Terceiro: Necessidade de controlo interno: Constatou-se a ausência de uma cultura de avaliação e controlo. Neste âmbito, foi criada, na dependência direta do executivo, a Unidade de Controlo Interno, Jurídica e de Fiscalização, que terá responsabilidade em matéria de

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

53

cumprimento de normas e procedimentos. Deverá ter rotinas próprias e a possibilidade de efetuar intervenções ad hoc; Esta Unidade, que será coordenada por um Jurista, sem acréscimo de vencimento pelas funções de coordenação, deverá, em tempo útil, elaborar a Norma de Controlo Interno do Município de Alijó. Esta norma estabelecerá um conjunto de métodos, regras e procedimentos de controlo interno, de acordo com um conjunto de princípios que permitam alcançar uma maior eficácia na gestão dos serviços. Desta norma deverão fazer parte os procedimentos de controlo de carácter geral e ainda os referentes às áreas administrativa, financeira e de recursos humanos, bem como gestão documental, processual e de recursos informáticos.

----- Quarto: Simplificação e racionalização dos serviços e responsabilização do pessoal dirigente da Câmara Municipal: A estrutura orgânica e funcional agora apresentada surge consideravelmente simplificada e robustecida, por comparação com a que prevalece. Mais do que determinada por qualquer propósito de redução de custos, acredita-se que esta simplificação contribuirá tanto para a racionalização dos custos como para uma maior responsabilização do pessoal dirigente;

----- Quinto: Focalização no serviço ao munícipe, que passa a merecer prioridade absoluta: Toda a proposta assenta numa segmentação entre serviços e participadas com "clientes" externos, por contraposição a serviços com "clientes" internos. Os serviços, nomeadamente os de pendor mais executivo, dirigidos ao "cliente" externo, têm por única missão servir os munícipes e os cidadãos em geral;

----- Sexto: Qualificar e motivar todos os Recursos Humanos da Câmara Municipal de Alijó: A reformulação da estrutura orgânica e funcional da Câmara Municipal de Alijó representa um passo fundamental no processo de realinhamento estratégico. A formação e a motivação de todos os trabalhadores da Câmara constituem não apenas uma necessidade, do ponto de vista da eficiência e melhor funcionamento dos serviços, como o cumprimento de uma obrigação do Executivo Municipal para com esses trabalhadores. Tanto como mudar a estrutura orgânica e funcional, espera-se que estejamos perante uma oportunidade única de alterar toda a cultura da Câmara Municipal de Alijó em matéria de Gestão de Recursos Humanos.

Nestes termos, tendo presente o quadro legal em vigor, designadamente a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, bem como o limite

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

54

máximo de unidades orgânicas flexíveis - vulgo Divisões - e o limite máximo de subunidades orgânicas - Secções - fixados pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 28 de dezembro de 2012, a estrutura orgânica resultante desta adaptação obedece ao modelo de estrutura hierarquizada e compreende: -----

Quatro Unidades Orgânicas Flexíveis, ou seja, Divisões. A anterior tinha cinco, passa a ter quatro. A saber: -----

----- Uma Divisão Municipal Administrativa e Financeira. Diziam a bocadinho que se fundiam duas Divisões de apoio, pois aqui está. Aparece uma Divisão Municipal administrativa e Financeira, que é uma unidade de apoio virada para o interior, de suporte e apoio à gestão e à organização, em sentido transversal; -----

E três divisões de apoio ao munícipe viradas para o exterior:-----

----- A Divisão Municipal de Estratégia e Empreendedorismo, portanto uma Divisão nova, que é uma unidade operacional; -----

----- A Divisão Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura, Educação e Desporto;-----

----- A Divisão Municipal de Obras e Urbanismo;-----

Em termo das subunidades orgânicas permanece o mesmo número, são seis, que serão oportunamente implementadas, dentro da estrutura, consoante a necessidade.-----

Mantem-se, assim, um desenho final na arquitetura organizacional dos serviços da Câmara Municipal que respeita o princípio do equilíbrio na distribuição de funções, a concentração de meios em funções de suporte e apoio à gestão e à organização, o recurso crescente a novas tecnologias e à focalização em áreas de expansão e de interesse estratégico do Município, a pensar na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. -----

Senhores Deputados, era isto que tinha para lhes propor e estarei disponível para os esclarecimentos que acharem necessários. Muito obrigado".-----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições relacionadas com o ponto em apreciação, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Laureano Guedes, Luís Lameiras, Telmo Pinto, João Vilela, Cláudio Vilela.-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

55

Senhora Presidente da Assembleia Municipal as minhas palavras são curtas, porque também é de uma grande complexidade a análise desta reestruturação. A necessidade de reestruturar é um direito do novo Executivo. No entanto, não se percebe em que medida este novo organograma contribuirá para uma melhoria do funcionamento do Município, criticando-se o desequilíbrio que resultará da existência de uma super divisão, resultante da junção das actuais divisões administrativa e financeira e a nova divisão de estratégia e empreendedorismo. Do mesmo modo, estranha-se a inexistência de subunidades orgânicas na estrutura que resulta do organograma apresentado. Deve ainda mencionar-se que há um ano, portando, nos finais de dois mil e doze, procedeu-se a uma reformulação da estrutura orgânica para a sua adequação à nova legislação, designadamente, a Lei n.º49/2012, sendo aconselhável a existência de estabilidade em matéria de organização de serviços e recursos humanos, porque também, por esta razão, esta intervenção poderá ser no mínimo, um pouco precipitada.

Eu devo dizer que, com o devido respeito ao executivo minoritário, nesta medida, precisa de uma aceitação, de uma votação desta Assembleia. Por questões de transparência, e dado que, esta reestruturação envolve inevitavelmente pessoas que estão ao serviço e para que não haja inibições em consciência de votação, eu propunha que a Senhora Presidente da Assembleia, pudesse propor a esta Assembleia, uma votação secreta.

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS:

Relativamente a esta matéria, eu trazia já aqui um alinhamento e esse alinhamento era baseado na explanação, na explicação que acompanha o ponto três. Do meu ponto de vista é manifestamente insuficiente. Mas vejo que o Senhor Vice-Presidente da Câmara e o Executivo camarário permanente estudou bem e trouxe o trabalho de casa bem realizado. Isto porquê? Porque a explicação relativamente à nova organização da Câmara que acompanha o ponto três e que foi distribuído aos Deputados não é nada, isto é insignificante. Portanto, apenas traz um simples organograma, não há grandes explicações, as explicações que existem, e reporto-me aos documentos que foram facultados aos Deputados. Diz a Senhora Vereadora Cristina Felgueiras «... com mais reuniões de trabalho com os serviços, é evidente que neste momento já o Executivo permanente sabe o que é preciso melhorar, nomeadamente e também, quanto aos recursos humanos». E diz o Senhor Presidente de Câmara a este propósito «... numa conjuntura excepcionalmente difícil, a Câmara Municipal em situação de desequilíbrio financeiro estrutural, apresentamos um mapa de pessoal que assenta numa nova atitude e numa nova

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



prática de gestão. Trata-se de um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica dos recursos humanos que reflete uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos». Ora, isto tudo espremido, do meu ponto de vista, não tem substância nenhuma, não tem conteúdo nenhum.-----

Por isso é que eu tinha aqui algumas questões para pôr ao Executivo relativamente a esta matéria, que é o seguinte: Foi feito algum estudo exaustivo para fundamentar esta nova organização? Em termos práticos, quais são as vantagens económicas e quais são as vantagens ao nível dos recursos humanos? Há contratação de pessoal vindo do exterior por via desta reorganização, ou ela é processada apenas e só com a prata da casa?-----

E depois, queria também que me dessem aqui uma explicação, algo aprofundada, ou pelo menos de forma a que eu consiga perceber, qual é o fundamento desta nova divisão? A Divisão de Estratégia e Empreendedorismo. Qual é o seu objeto?-----

DEPUTADO TELMO PINTO:-----

Mais uma vez, e desculpem a minha insistência, mas se porventura os documentos que estão na posse dos deputados da Assembleia Municipal estivessem munidos precisamente desta explicação que foi dada pelo Senhor Vice-presidente, porventura, aquela dita confusão que pelos vistos pairou aí no ar relativamente a este ponto, não teria existido. Se é que existiu, porque eu não tive conhecimento da sua existência e não fui daqueles que fui contactado por causa deste ponto. Contudo, temos que referenciar, e isto é importante. É uma parte importantíssima do exercício da Câmara Municipal de Alijó. E relativamente a este modelo de estrutura orgânica ela, do ponto de vista da bancada do Partido Socialista, constitui uma intervenção precipitada, irrefletida e injustificada, numa área tão sensível como os recursos humanos da Autarquia.-----

Acresce ainda que esta alteração implica necessariamente um aumento de despesa nesta área. Portanto, para quem está tão preocupado com a dívida e com a situação económica e financeira da Câmara Municipal, a verdade é que eu alego estes motivos do porquê do aumento de despesa. Primeiro cria aqui dois gabinetes políticos, um para o Presidente e outro para os Vereadores. O actual Executivo do PSD escolhe a formulação que lhe permite colocar mais pessoas de nomeação política. Efectivamente, embora todos os lugares não estejam já preenchidos, permite a seguinte composição e isto é que é fundamental: É um Secretário para o Gabinete dos Vereadores. Para o Gabinete do Senhor Presidente, um Chefe de Gabinete, um

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



Adjunto e um Secretário. Nunca, mesmo nunca, em tempo de vacas gordas, o Município optou por esta possibilidade. -----

Como se isto não bastasse, importa realçar que uma nova estrutura orgânica permite, de acordo com a nova lei dos concursos para estes cargos, que qualquer recurso humano de outra câmara e organismos públicos podem concorrer e se ganharem, estamos automaticamente a aumentar a despesa nesta área. E isto, já para não falar nas indemnizações a pagar aos actuais chefes de divisão se deixassem de o ser na sequência deste mesmos concursos. Como tal, gostaria de saber também, que diligências foram feitas pelo atual Executivo, no sentido de chegar, que diagnóstico foi feito, com quem falaram, com quem dialogaram, com quem se aconselharam para chegar precisamente a este resultado, a este organograma? São questões que eu levanto, são questões pertinentes e só para dar algo em concreto e corrijam-me se estiver errado, estamos a aumentar à despesa mensal da Câmara Municipal de Alijó, em cinco mil euros. Porventura, este dinheiro daria para manter a Pousada da Juventude aberta. Tenho dito".-----

DEPUTADO JOÃO VILELA: -----

Este organograma que aqui é apresentado pelo Executivo Municipal parece-me claro. Ainda assim com alguma ausência de informação que foi aqui complementada com esta análise e esta informação que foi aqui transmitida pelo Senhor Vice-presidente da Câmara, que foi para mim, o mais clara possível, o mais justificativa possível, em relação aos critérios orientadores que levaram a este organograma, a esta estrutura que aqui está patente e que aqui se apresenta na Assembleia Municipal.-----

Parece-me que, apesar das críticas que aqui são feitas a este organograma, parece-me que, apesar de tudo, o Executivo tem esta prerrogativa de alterar o organograma, obviamente, fundamentando esta alteração, nos pressupostos que entende, mais adequados ao funcionamento da estrutura municipal. De ressaltar aqui, efectivamente, e apesar do descrédito de que aqui é dado à Divisão de Estratégia e Empreendedorismo, à unidade que aqui aparece de desenvolvimento agro-florestal, ao apoio ao empreendedor e ao investimento, estratégia, que se existisse, desconhecia-se e que parece-me neste momento e nos tempos que correm, ser extremamente importante para o Concelho de Alijó, ainda mais, com a fuga constante de pessoas para fora do país, essencialmente.-----



E portanto, nesta circunstância, parece-me que, e parece em relação ao organograma apresentado, que é uma solução correcta e que se enquadra perfeitamente na estrutura actual. A junção aqui de duas divisões - administrativa e financeira - também me parece extremamente adequada, até porque estamos a falar de duas divisões que existiam anteriormente, de âmbito de apoio à gestão e organização e que funcionarão neste caso, em sentido transversal. Quanto ao aumento da despesa bom, isso honestamente, não passa de pura especulação. Muito obrigado".-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA: -----

Ouvi aqui falar de economia, rigor, transparência, satisfação de trabalhadores. Acho que nada disto foi tido em conta, atendendo ao organograma apresentado. Para já, pelo princípio que já foi falado, da criação pela primeira vez no Município de Alijó, do Gabinete de Apoio à Vereação. Este gabinete não existia, as necessidades dos Vereadores eram supridas pelo gabinete de Apoio à Presidência, que não precisava de contratar funcionários externos à Câmara Municipal para o seu funcionamento. Desde já, deixo logo aqui uma nota, para a criação de um lugar, para a entrada ao serviço de um funcionário exterior à Câmara Municipal por nomeação política directa, para este mesmo gabinete. Isso vai de encontro à satisfação dos trabalhadores. Como ficaram os trabalhadores da Câmara Municipal quando souberem deste tipo de nomeação, que já sabem, aliás? Será que não havia funcionários na Câmara Municipal de Alijó, com capacidades para desempenhar tal função? E nesse caso, e se isso sim, traria alguma economia e não era necessário pagar mais um vencimento, não é?-----

Depois foram anexadas duas divisões, a administrativa e financeira, que se tornou uma divisão enorme. Só por isso seria de louvar, porque traria alguma poupança para o Município, se o Município ficasse com três divisões. Mas não, por outro lado, foi criada a Divisão de Estratégia e Empreendedorismo. Uma divisão que de facto já existia na Câmara Municipal. Só que não era divisão, era gabinete. E aqui, isto faz-me perguntar o seguinte ao Executivo: Quais são os motivos, que levam a que se transforme um gabinete em Divisão Administrativa? Será que foi pelo trabalho apresentado ao longo deste tempo em que existia como Gabinete de Estratégia e Empreendedorismo? Além disso, esta divisão, se repararem no Mapa de Pessoal, tem previsto um Chefe de Divisão, oito Técnicos Superiores e seis Assistentes Operacionais e Administrativos logo, e por si só, faz-me lembrar um quartel só com oficiais e como sabem, isso não funciona. Era só, muito obrigado".-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

59

A **PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente para responder às solicitações dos Senhores Deputados.-----

VICE-PRESIDENTE:-----

Senhores Deputados, efectivamente pode a nossa proposta ter pecado por alguma falta de informação a acompanhar a agenda desta reunião, mas deixem-me dizer-vos que esta nossa proposta não tinha de vir aqui. Não há documento nenhum legal que obrigue a que esta proposta venha à Assembleia. Eu passo a explicar porquê, meus Senhores. Em dezembro do ano passado, a Assembleia Municipal definiu aqui, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades. E o que este Executivo fez agora foi, nada mais, nada menos de realinhar toda a estrutura orgânica, dentro dos parâmetros decididos aqui em Assembleia. Portanto, nós não extravasamos de maneira alguma, o mandato conferido pela Assembleia Municipal da altura. Os limites máximos definidos foram por nós religiosamente respeitados. Mas nós quisemos que esta Assembleia se pronunciasse. Podíamos ter ficado por dar-lhes conhecimento, mas achámos que deviam pronunciar-se. Repito, nada obrigava a que viesse aqui a uma votação. É assim que determina o decreto-lei 305/2009, designadamente no seu artigo 6º. Mas nós não temos vergonha do que fazemos, não temos receio daquilo que fizemos e trouxemo-lo aqui para vossa apreciação e votação.-----

Respondendo ao Senhor Deputado Luís Lameiras, relativamente à ausência das subunidades. Como sabem, diz o mesmo decreto-lei 305/2009, no seu ponto oito, salvo erro, que é da competência do Presidente da Câmara redistribuir as subunidades orgânicas, consoante for necessário para a organização, dentro dos limites, mais uma vez, fixados pela Assembleia Municipal. A Assembleia fixou aqui que eram seis e são seis que continuam e a seu tempo, serão redistribuídas consoante as necessidades operacionais dos serviços. Relativamente à falta de estudo económico: eu acho que essa exposição que acabei de vos entregar, e aliás, lia-a aqui, os critérios foram seguidos falam precisamente de todo o estudo que foi feito. Está aí o levantamento por nós executado e que conduziu à necessidade desta alteração e sobre isso não digo mais nada.-----

Relativamente ao que o Senhor Deputado Telmo Pinto refere designadamente em termos de acréscimo de despesa. Não há acréscimo de despesa, muito pelo contrário. São mantidas quatro divisões no total. Há efetivamente a criação de uma divisão nova e eu já explico porquê.

Acta da 8ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

60

Eventualmente haverá alguma indemnização a pagar, mas também vos quero dizer, que pelo tempo que decorram os concursos para o provimento dos lugares, os Chefes de Divisão serão reconduzidos, como é normal, uma estrutura não pode permanecer sem chefia.-----

Quanto aos Gabinetes de Apoio ao Presidente e à Vereação. Senhores Deputados, não há acréscimo rigorosamente nenhum, de nada. O facto de estar aqui subdividido em gabinete de Apoio ao Presidente ou Gabinete de Apoio aos Vereadores, o número de pessoas é exatamente o mesmo que lá estava antes. Os Senhores Deputados estavam cá, com certeza há doze anos, quando o Senhor Doutor Artur Cascarejo no seu primeiro mandato foi buscar no seu primeiro mandato, um Chefe de Gabinete fora. Portanto, não pertencia aos quadros da Câmara. Esqueceram-se disso? É bom relembrar que nestes dois gabinetes há apenas uma pessoa em cada gabinete.-----

Senhor Deputado Cláudio Vilela penso que esta explicação que acabei de dar relativamente aos gabinetes de apoio, também de alguma forma responde à dúvida que colocou. Relativamente ao que nos levou a criar a Divisão de Estratégia e Empreendedorismo. Como o Senhor Deputado sabe, na estrutura ainda vigente, existiam quatro divisões em plano horizontal e tinha uma divisão a que eu chamava um saco de serviços, que não era mais do que isso, onde eu, por acaso até me incluía, onde estava incluído o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, de que eu fazia parte, que era um conjunto de serviços, de forma desordenada, sem uma chefia direta, na dependência direta do Presidente da Câmara. Ninguém se convença que um Presidente da Câmara tem capacidade para gerir uma divisão quando tem uma Câmara às costas, isso é competência de um Chefe de Divisão, tem de ser assim. Só que, o anterior Executivo não sabia o que fazer a estes serviços, não sabia onde os integrar e como tal, criou aquele saco onde os meteu a todos. Não funcionava, Senhor Deputado. Eu estava lá e sei, porque andávamos cada um para si, sem uma coordenação próxima e eficaz, o Presidente da Câmara não estava lá e por isso nós, resolvemos, verticalizar toda a estrutura. Os serviços que faziam parte dessa divisão foram absorvidos pelas novas divisões e no esquema, o organograma, é bem elucidativo disso. Portanto, uma Divisão de Estratégia e Empreendedorismo impõe-se mais do que se impõe nos tempos que correm, porque é efetivamente necessário mudar de mentalidade, abrir a organização dos serviços, a organização funcional do Município para os novos desafios e para as novas exigências; licenciamento, sector agro-florestal, desenvolvimento local, apoio ao empreendedor, gestão dos fundos e das

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

61

candidaturas a fundos comunitários por parte do Município, inclusive, achamos que deve estar tudo integrado num serviço só, porque só assim consegue haver aproveitamento racional e cabal de todos os fundos. Eu dava-lhe aqui um exemplo Senhor Deputado bem elucidativo, mas tenho medo de pecar por defeito. O Senhor sabe que na vigência do anterior Executivo, fez-se uma candidatura a fundos comunitários para remodelar o Mercado Municipal. Sabe que essa candidatura pressupunha a realização de um evento como a Revidouro. Era parte integrante da candidatura. Era condição *sine qua none*, obrigatória que se executasse a Revidouro para que o Município não entrasse em incumprimento. Que eu saiba, não foi feita a Revidouro Senhor Deputado. Relativamente aos fundos sabe o que veio? Zero. Provavelmente, para não se gastarem cinquenta ou cem mil euros, perderam-se, eu não diria milhões, mas anda lá perto. Daí a importância desta divisão senhor Deputado. Muito obrigado".-----

PRESIDENTE DA MESA: Agradeceu ao Senhor Vice-Presidente e colocou-lhe diretamente uma questão: *"Para não restar qualquer dúvida, é que lidos os documentos e relativamente a este ponto três, onde se diz "Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica", eu entendo, Senhor Vice-presidente, mas eu quero saber qual é a vossa opinião, que isto não é uma aprovação, é uma apreciação. E entendo isto, porque a Câmara aprovou, como o Senhor Vice-Presidente já referiu, em vinte e oito de dezembro de dois mil e doze, o modelo da estrutura orgânica do Município de Alijó que foi publicado em Diário da República em vinte e um de janeiro de dois mil e treze. Por outro lado também, o decreto-lei 305/2009, de vinte e três de outubro, diz que isto compete à Câmara Municipal. Ora, pelas actas que me foram enviadas e onde se tratou deste assunto, isto foi já aprovado em Câmara, por maioria. Portanto, o que eu pergunto, porque eu recebo estes pontos da ordem do dia de vossas excelências, do Executivo e, onde diz aprovação, se isto é uma mera apreciação, porque eu pessoalmente entendo que isto é uma apreciação e não é da competência da Assembleia Municipal fazer qualquer votação. Até porque face ao que o Senhor Deputado Laureano disse, queria que o Senhor Vice-presidente, porque falou há pouco em esclarecimentos em apreciação e votação, «e nós até quisemos trazer isto a votação», eu gostava que esclarecesse esta questão, porque eu, pessoalmente, tenho este entendimento, está aprovado em sessão de câmara, isto nem sequer é da competência da Assembleia Municipal. Portanto, este ponto onde se diz "Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica" deveria dizer, salvo melhor opinião, Apreciação do Modelo de Estrutura Orgânica. Nem tem que vir a votação à Assembleia Municipal, porque há uma redução das*

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

62

unidades flexíveis, o Executivo não alargou o modelo de estrutura orgânica aprovada no ano passado e já publicada em Diário da República. E para não incorreremos aqui em qualquer erro, agradece os seus esclarecimentos, Senhor Vice-presidente”.-----

VICE-PRESIDENTE: -----

Obrigada Senhora Presidente Efetivamente, o artigo-6º, do decreto-lei 305/2009, de 23 de outubro, salvo erro, é claro nessa matéria. Ele diz que é da competência exclusiva da Assembleia Municipal fixar os tectos máximos, os limites máximos de unidades orgânicas, ou divisões, se assim quiserem e de subunidades orgânicas, que são as secções. E é da competência da Câmara Municipal a aprovação das divisões, dentro, obviamente, dos limites decididos em Assembleia. E é da competência do Presidente da Câmara, como disse há bocadinho, mexer nas subunidades, ou nas secções, como quiserem. Criá-las ou extingui-las, sempre dentro dos limites fixados aqui em Assembleia.-----

Portanto, uma vez que a nossa proposta, o nosso modelo de organização, em nada colide com o que aqui foi decidido em Assembleia Municipal, não altera o modelo, não excede os limites aqui fixados, eu entendo que não deveria ser proposta, não deveria ser sujeita aqui a votação, porque já foi inclusive aprovada em reunião de Câmara. Contudo, deixaria à consideração da Mesa da Assembleia esta decisão. Não tenho qualquer receio, não vejo necessidade em que seja votada, entendo que deva ser apreciada, por isso propusemos que ela aqui viesse, fosse discutida e apreciada, não vejo necessidade de ser votada, pessoalmente, de acordo com a leitura que eu faço da lei sobre a especialidade. Senhora Presidente”.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** perguntou se alguém pretendia falar sobre o assunto, independentemente da decisão que a Mesa tomaria sobre o ponto em discussão. Inscreveram-se os Senhores Deputados Telmo Pinto, Luís Lameiras, João Vilela e Laureano Guedes.-----

DEPUTADO TELMO PINTO: -----

Muito bem. Enfim, começamo-nos a habituar a esta coisinhas, que se faz e não se faz, mas pronto, estamos-nos a começar a habituar a isso. Eu só queria dizer o seguinte ao Senhor Vice-Presidente: há aqui qualquer coisa que não funciona. Enfim, é área que eu não domino, que é a área da lei, mas diz aqui que a deliberação da Câmara Municipal de Alijó, além de aprovar a presente proposta, diz isto: «mais foi deliberado, remeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do artigo 6º, decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que foi aprovada

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

63

em minuta para efeitos». Portanto, se nós não procedermos a essa votação estamos em incumprimento com uma deliberação da Câmara Municipal de Alijó. Tenho dito".-----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS:-----

Eu penso que esta questão que faz parte do ponto três, ainda bem que ela foi aqui a florada para toda a gente ficar a saber nos moldes em que ela se está a processar. Agora, eu penso que, uma vez que se está aqui a suscitar-se uma polémica, em relação ao facto de este ponto três dever ser ou não ser votado, aquilo que eu queria dizer e aquilo que eu queria sugerir, é que, pronto, estes são assunto sérios e devemos fazer as coisas por forma a que não haja este tipo de situações de equívocos, porque acho bastante grave. Chegámos a uma altura em que todos estavam preparados para votar este ponto e agora surge este equívoco. Portanto, eu sugeria que, em próximas sessões da Assembleia Municipal, fizessem o trabalho bem feito, bem realizado, de maneira a que não haja este tipo de dúvidas. É só isso que eu tenho para dizer".—

DEPUTADO JOÃO VILELA:-----

Relativamente a esta situação, acho que estamos a discutir uma não questão. É muito simples, a Câmara de Alijó não se sobrepõe à lei. E se a lei diz que não é para votar, não é para votar. Não é para ser aprovado pela Assembleia Municipal. É muito simples. Estamos a discutir o quê, o sexo dos anjos? É para apreciação, é claro. Houve um equívoco, houve um erro, ok está esclarecido. Estamos a discutir o quê? Não sei. Se a lei diz que não é para votar, vamo-nos sobrepor à lei, vamos votar só porque suas excelências querem votar aquilo que a lei diz que não é para votar. Não percebo".-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES:-----

Senhora Presidente da Assembleia. É claro que isto é um tema melindroso...como é óbvio não é? Mas é melindroso por situações criadas, julgo eu, possivelmente pelo próprio Executivo, com o devido respeito. O Executivo tem todo o direito, realmente, de reestruturar a natureza da autarquia e muito bem. Porém, eu devo dizer o seguinte: uma ordem do dia julgo que é para se cumprir, em princípio. Mas a ordem do dia vem de uma dúvida que eu também posso esclarecer. É que na reunião de treze, do doze, de dois mil e treze, o facto de este assunto ter passado foi virtualmente, porque foi o voto de qualidade do Senhor Presidente da Câmara. Não foi uma maioria, ao fim e ao cabo, real que votou este assunto, porque, aqui na minuta aprovada por maioria, usando o Senhor Presidente do voto de qualidade, com os votos contra dos senhores

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

64

Vereadores... portanto, eu não percebo porque têm receio de ser votada uma apreciação destas, se quer chamar-lhe apreciação, porque se realmente é útil à autarquia, eu acho que nós estamos aqui por convergência, não é por divergência. E é um acto de consciência votar aquilo que sentimos, que deve ser votado. Foi por isso que eu pedi o voto secreto, para não haver dúvidas, nem de obediência ao voto, nem de receios de qualquer questão fora desta Assembleia. Temos que compreender isto, que a ordem do dia é para se cumprir.-----

PRESIDENTE DA MESA:-----

Senhor Deputado, o que eu leio nesta ata da reunião de treze, do doze, é que foi aprovado, é o que eu vejo, é o que eu leio aqui.-----

De seguida, interrompeu os trabalhos para a realização de um intervalo.-----

A **SENHORA PRESIDENTE** recomeçou os trabalhos informando que, uma vez exposto o modelo de estrutura orgânica, que é matéria da competência da Câmara, a Mesa decidiu que o ponto não iria a votação, o qual passaria a ter a seguinte redacção: "*Apreciação do Modelo de Estrutura Orgânica e Definição do número máximo de unidades flexíveis*", já que o Senhor Vice-presidente, no uso da palavra, explicou este modelo.-----

O Senhor Deputado Laureano Guedes pediu a palavra, tendo-lhe sido concedida.-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES:-----

Acho que posso interpefar sobre este assunto os Senhores Vereadores para saber qual é a opinião que têm, quer jurídica, quer de direito democrático. Isto para quê? Uma Mesa pode ser soberana, é certo, mas tomar uma iniciativa destas é ultrapassar, em muito, a natureza democrática que nos une.-----

PRESIDENTE DA MESA:-----

Eu ao dar este intervalo, também foi para o efeito, mas se pretender conferenciar com algum dos Senhores Vereadores, interrompemos mais um bocadinho e vai conferenciar. Tanto quanto eu sei, a opinião deles já está vertida em ata.-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES:-----

Acho que não é o suficiente para poder ter aqui um discernimento tão capaz. Acho que estamos realmente num consenso que poderá pôr ou não em causa uma decisão da Mesa.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

65

PRESIDENTE DA MESA: *Senhor Deputado, esta é a decisão da Mesa, que foi já tomada. -----*

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: *Muito bem, assumirão as responsabilidades.-----*

De seguida, a **PRESIDENTE DA MESA**, introduziu o ponto número quatro da ordem do dia “*Aprovação do Mapa de Pessoal*” e deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para apresentar o ponto.-----

VICE-PRESIDENTE: -----

Relativamente ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alijó, ele vem aqui para aprovação este sim para aprovação, porque e só, se propõe a criação de uma vaga no quadro para um jurista, que se pretende contratar para o Gabinete de Controlo Interno. De resto, todo ele, toda a reorganização é competência do Presidente da Câmara Municipal e resulta, obviamente, do esqueleto que aqui passou antes, da organização dos serviços da Câmara Municipal. Portanto, já agora se me permitem, uso da palavra ainda para dizer o seguinte: levantou-se há bocadinho aqui a questão dos oito técnicos superiores no Gabinete de Estratégia e Empreendedorismo. Isto é preciso dizer que não se trata de contratação nenhuma. Estão lá porque esta divisão absorveu serviços que estavam sem coordenação, como eu disse anteriormente. Portanto, todo o quadro de pessoal foi formatado de acordo com o modelo organizacional que propusemos há bocadinho e apenas é criado uma vaga no quadro, repito, para um jurista a contratar oportunamente”.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** abriu o período de inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Telmo Pinto, Filomena Nogueira, João Vilela, Cláudio Vilela e Laureano Guedes. -----

DEPUTADO TELMO PINTO: -----

Também uma nota prévia relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, que tem a ver com o seguinte: evidentemente que o Plenário poderia impugnar a decisão da Mesa, mas mais uma vez referencio aqui o facto de estarmos numa época natalícia e a hora também já vai longa, temos muitos pontos da ordem de trabalhos para decidir e votar e aprovar, e como tal, vamos continuar com a sessão para ver se ela termina a tempo útil e para ver se a gente sai deste permanente impasse e deste vai-vem e alteração de regras de jogo, em pleno jogo. Mas gostaria de referenciar isso, precisamente. Isto é uma alteração das regras em pleno jogo.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

66

E no que concerne a este ponto e aquilo que foi dito relativamente ao anterior, que era para ser aprovado e que não o foi, que foi retirado, dizer que, afinal, há um aumento de despesa. Afinal, há falta de coerência daquilo que é estratégia e a definição do actual Executivo relativamente à gestão dos recursos financeiros da Câmara Municipal. E eu questiono: não haverá, porventura, nos quadros actuais da Câmara Municipal pessoas com capacidade, pessoas com conhecimento capazes de poderem fazer esta assessoria jurídica ao actual Executivo? Finalmente, compreende-se que mais não é do que criar um aumento de despesa e, quiçá, porventura o tempo dirá, favorecimento político-partidário. Tenho dito.-----

DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:-----

Quem ganha, tem o direito de fazer o que acha melhor para o desenvolvimento harmonioso do Concelho. Por isso, enquanto Deputada Municipal, não tenciono boicotar o trabalho do Executivo. Agrada-me sobremaneira, a contratação de um jurista, mas que preste também apoio às Juntas de Freguesia, nomeadamente à minha Junta, porque vai precisar muito desse apoio jurídico. Muito obrigada.-----

DEPUTADO JOÃO VILELA:-----

Apenas para referir que o Mapa de Pessoal vem na sequência do ponto anterior, do novo organograma que, pelo que nos é dado a entender, foi construído de forma a dar resposta eficaz às necessidades do Município. Temos que, no fundo, também ser coerentes e a coerência vem do primeiro ponto, em que o Senhor Presidente da Câmara aqui apresentou, uma data de acções que estão em tribunal e, se calhar, os serviços actuais não conseguem dar resposta. Daí, a necessidade actual de contratar mais um jurista, que possa dar resposta a todas essas situações. Recordo que são situações do passado. Recordo que quanto a favorecimentos político-partidários estamos conversados, porque o passado é claro.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA:-----

Quanto ao ponto quatro e a aprovação do Mapa de Pessoal, isto já foi mais que frisado e mais que reforçado com a intervenção do Senhor Deputado Telmo Pinto. Mais uma vez, na intervenção do Senhor Deputado João Paulo vem falar-se do passado. Está mais do que visto que vai passar o mandato a falar do passado. Era só, muito obrigado.-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES:-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

67

Em nome pessoal, não em nome da bancada como porta-voz, eu direi que a partir da ordem do dia, eu submeterei todos os pontos apenas a uma apreciação. Não irei votar rigorosamente nada a partir deste momento, mas a fazer uma apreciação.-----

PRESIDENTE DA MESA: -----

Colocou à votação o ponto quatro da ordem do dia "Aprovação do Mapa de Pessoal", tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com sete votos contra, oito abstenções e dezanove votos a favor.-----

De seguida introduziu o ponto cinco "Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano), para o exercício económico de 2014". Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

O orçamento que hoje vamos aqui explicar, reflete exatamente o estado financeiro do Município. Este orçamento não reflete a ideia deste Executivo, porque está condicionado, quer às dívidas, quer aos compromissos que advêm do PAEL. Cerca de noventa por cento deste orçamento está já realizado em setembro de dois mil e doze, quando aderimos ao PAEL, de forma que, ele além de dar cumprimento às dívidas que temos, também procura aqui, dar satisfação às emergências ambientais, que se põem com muita acuidade ao Município de Alijó. Temos problemas ambientais que vão surgir e que tivemos que criar uma rubrica para colmatar o que aí vem e tentar estagnar algumas multas que vão aparecer, certamente, face ao estado ambiental e degradado, quer das nossas ETARS, quer das nossas estações elevatórias, ou mesmo dos nossos saneamentos.-----

Depois, sobra uma pequena folga, uma parca folga e para essa folga temos objetivos sociais. A aplicação é apenas em objetivos sociais. De forma que eu vou pedir à Senhora Presidente, que autorize que este orçamento seja apresentado pelo nosso técnico, o Diretor Financeiro, Dr. Luís Carvalho.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** autorizou que o orçamento fosse apresentado pelo Dr. Luís Carvalho, o qual apresentou o documento em *powerpoint* que a seguir se transcreve:-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

68

Município de Alijó

GRANDES OPÇÕES DO PLANO e ORÇAMENTO 2014

GOP'S e ORÇAMENTO 2014

	RECEITA (€)	DESPESA (€)
CORRENTE	10.368.728,16	14.417.208,66
CAPITAL	19.057.023,91	15.008.543,41
TOTAL	29.425.752,07	29.425.752,07

GOP'S e ORÇAMENTO 2014

17.508.467,14 €

	RECEITA (€)	DESPESA (€)
TOTAL	11.917.284,93	11.917.284,93

GOP'S e ORÇAMENTO 2014

- ORÇAMENTO DA RECEITA
- ORÇAMENTO DA DESPESA
- PPI (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS)
- PAM (PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL)

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

69

GOP'S e ORÇAMENTO 2014

- **ORÇAMENTO DA RECEITA**

DIVISÃO MUNICIPAL FINANCEIRA

GOP'S e ORÇAMENTO 2014

RECEITAS CORRENTES		€
01 - IMPOSTOS DIRETOS		1.456.100,00
02 - IMPOSTOS INDIRETOS		6.800,00
04 - TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		127.100,00
05 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE		464.400,00
06 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		6.843.628,16
08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES		149.000,00

(€)	RECEITA	DESPESA
CORRENTE	10.368.728,16	
CAPITAL		
TOTAL		

DIVISÃO MUNICIPAL FINANCEIRA



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



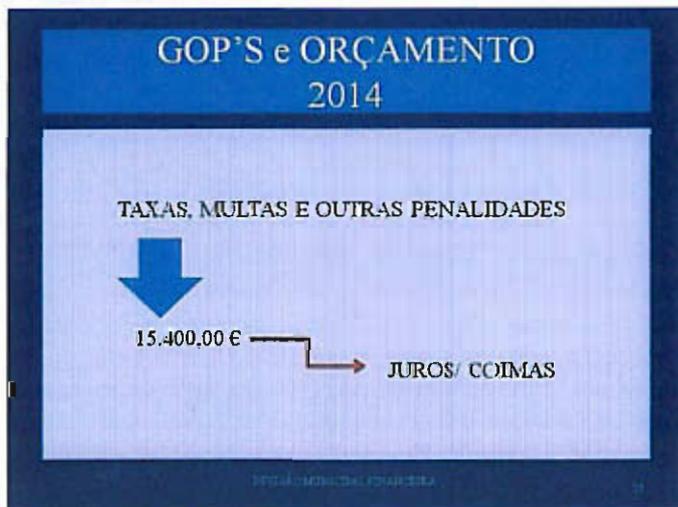
ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

70



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30





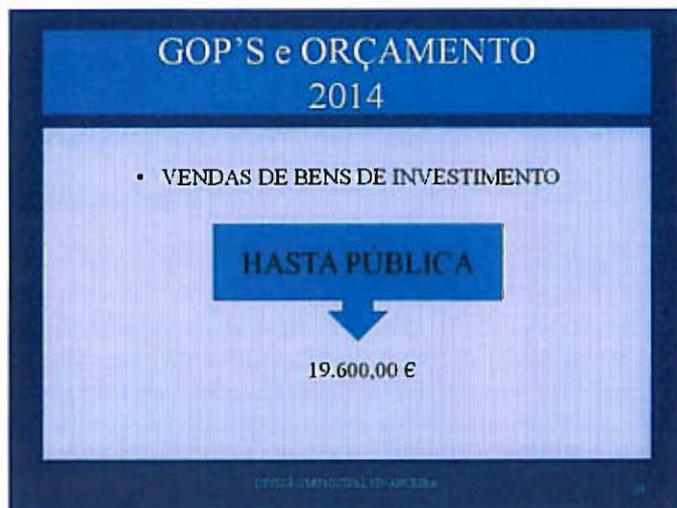


GOP'S e ORÇAMENTO 2014

RECEITAS DE CAPITAL		€
09 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO		19.600,00
10 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.528.856,77
12 - PASSIVOS FINANCEIROS		17.508.467,14
13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		100,00

(€)	RECEITA (€)	DESPESA (€)
CORRENTE		
CAPITAL	19.057.023,91	
TOTAL		

DIVISÃO MUNICIPAL FINANCEIRA





GOP'S e ORÇAMENTO 2014

RECEITAS CORRENTES	€
01 - IMPOSTOS DIRETOS	1.456.100,00
02 - IMPOSTOS INDIRETOS	6.800,00
04 - TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	127.100,00
05 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	464.400,00
06 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.843.628,16
08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	149.000,00

CM - ALIJÓ - MUNICIPAL FINANCEIRA

GOP'S e ORÇAMENTO 2014

RECEITAS DE CAPITAL	€
09 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	19.600,00
10 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.528.856,77
12 - PASSIVOS FINANCEIROS	17.508.467,14
13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100,00

CM - ALIJÓ - MUNICIPAL FINANCEIRA



[Handwritten signature]

**GOP'S e ORÇAMENTO
2014**

- **ORÇAMENTO DA RECEITA**

29.425.752,07 €

CM ALIJO

**GOP'S e ORÇAMENTO
2014**

- **ORÇAMENTO DA DESPESA**

CM ALIJO

**GOP'S e ORÇAMENTO
2014**

DESPESAS CORRENTES		€
01 -	DESPESAS COM PESSOAL	2.938.950,00
02 -	AQUIZIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.316.327,91
03 -	JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.845.812,77
04 -	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.220.117,98
06 -	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.000,00

(€)	RECEITA	DESPESA
CORRENTE	29.425.752,07	14.417.208,66
CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL	29.425.752,07	14.417.208,66

CM ALIJO

**GOP'S e ORÇAMENTO
2014**

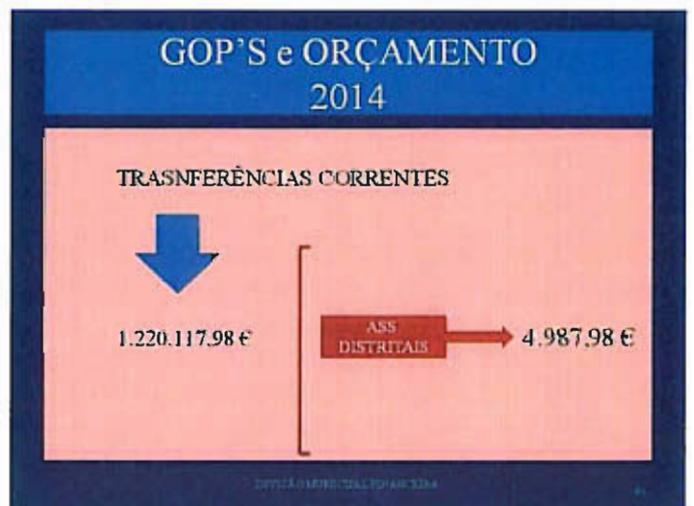
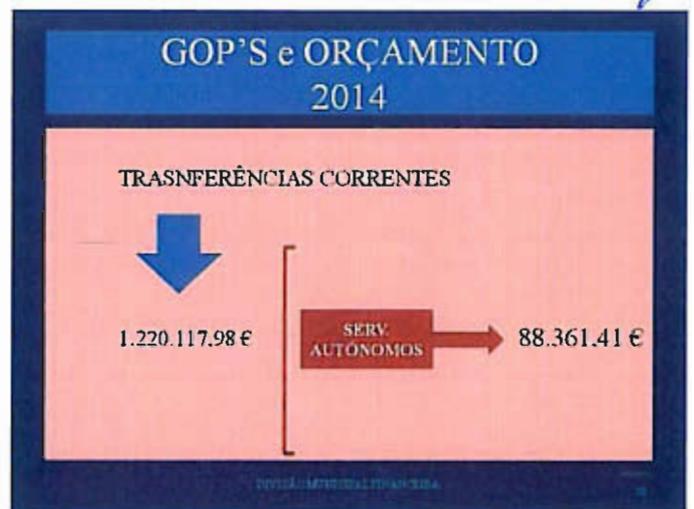
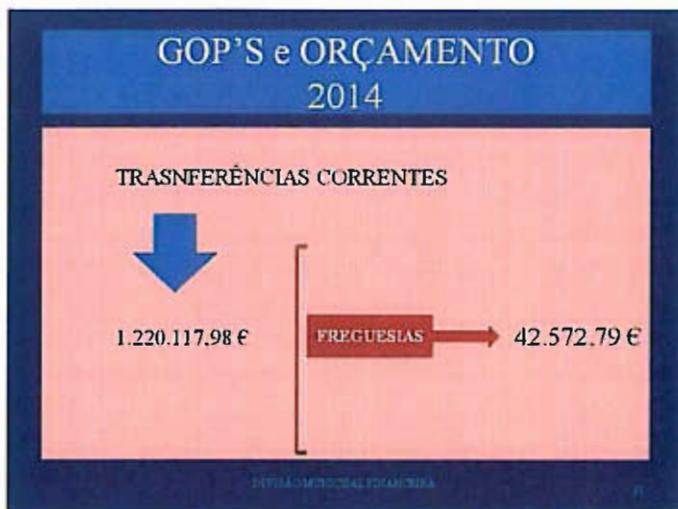
DESPESAS COM PESSOAL



2.938.950,00 €

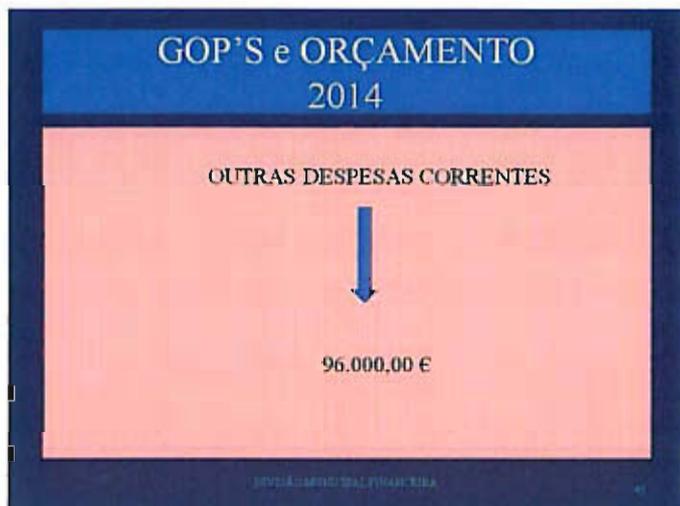
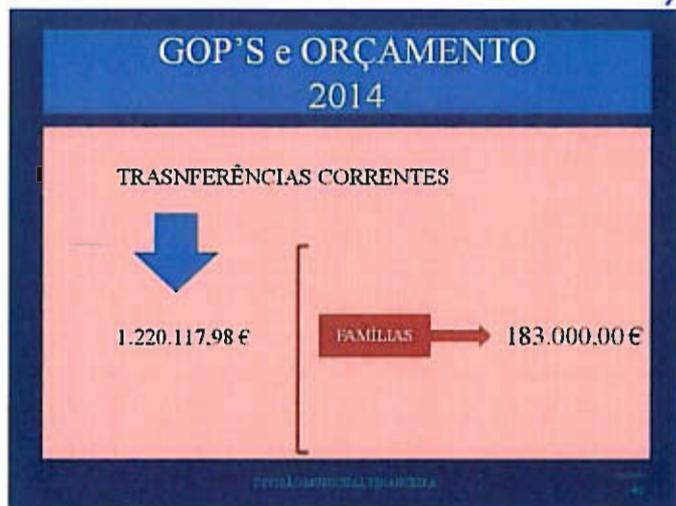
CM ALIJO







Handwritten signature and initials in blue ink.



GOP'S e ORÇAMENTO 2014

DESPESAS DE CAPITAL		€
07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		5.766.794,05
08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		289.603,12
10 - PASSIVOS FINANCEIROS		8.952.146,24

(€)	RECEITA	DESPESA
CORRENTE	15.008.543,41	15.008.543,41
CAPITAL	15.008.543,41	15.008.543,41
TOTAL	30.017.086,82	30.017.086,82

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



GOP'S e ORÇAMENTO 2014

- AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL
 - ❖ TERRENOS 101.251,27 €
 - ❖ HABITAÇÕES 10.000,00 €
 - ❖ EDIFÍCIOS 344.990,02 €
 - ❖ CONSTRUÇÕES DIVERSAS 4.733.160,54 €

DIVISÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

GOP'S e ORÇAMENTO 2014

- AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL (cont.)
 - ❖ EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE 75.452,62 €
 - ❖ EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA 102.128,18 €
 - ❖ SOFTWARE 102.964,10 €
 - ❖ EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO 7.500,00 €

DIVISÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

GOP'S e ORÇAMENTO 2014

- AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL (cont.)
 - ❖ FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS 7.805,87 €
 - ❖ EQUIPAMENTO BÁSICO 138.640,65 €
 - ❖ INCORPÓREOS 26.712,00 €
 - ❖ OUTROS 101.188,50 €

DIVISÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

GOP'S e ORÇAMENTO 2014

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.

289.603,12 € → FREGUESIAS → 219.359,37 €

DIVISÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS



GOP'S e ORÇAMENTO 2014

1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	511.031,70 €
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	511.031,70 €
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	346.439,64 €
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÉNDIOS	346.439,64 €

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

81

GOP'S e ORÇAMENTO 2014		
2.1.	EDUCAÇÃO	1.339.246,71 €
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	1.317.746,71 €
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO	7.500,00 €
2.1.1.2.	ENSINO BÁSICO	1.310.246,71 €

GOP'S e ORÇAMENTO 2014		
2.2.	SAÚDE	75.000,00 €
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	75.000,00 €
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	47.500,00 €
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	47.500,00 €

GOP'S e ORÇAMENTO 2014		
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	4.485.979,89 €
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	293.646,81 €
2.4.3.	SANEAMENTO	1.506.476,31 €
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.224.168,77 €
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	685.000,00 €
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	776.688,00 €

GOP'S e ORÇAMENTO 2014		
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	276.207,29 €
2.5.1.	CULTURA	24.099,97 €
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	248.336,14 €
2.5.3.	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	3.771,18 €

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

82

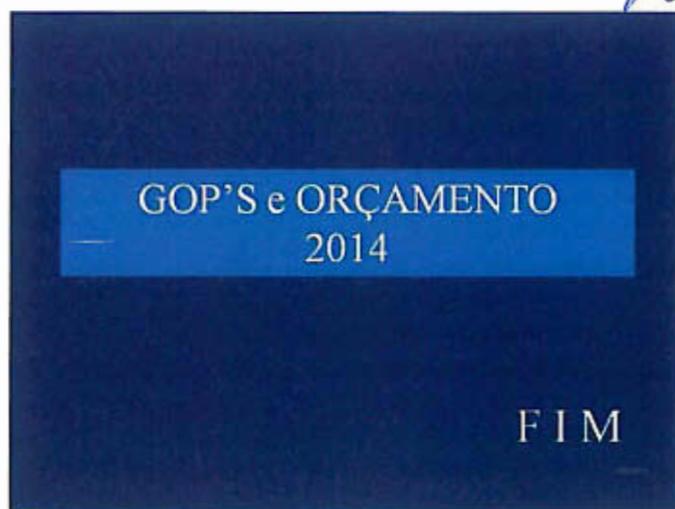
GOP'S e ORÇAMENTO 2014		
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	16.100,00 €
3.1.2.	CAÇA E PESCA	16.100,00 €
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	221.141,81 €
3.2.0.	INDÚSTRIA E ENERGIA	30.688,50 €
3.2.1.	ENERGIA	190.453,31 €
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2.825.582,93 €
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIARIOS, ESTRADAS MUNICIPAIS E PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAAMENTOS	2.825.582,93 €
3.3.2.	TRANSPORTES AÉRIOS	10.000,00 €
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	46.379,80 €
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	46.379,80 €

GOP'S e ORÇAMENTO 2014		
4.	OUTRAS FUNÇÕES	1.374.683,29 €
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	1.291.721,10 €
4.2.0.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	1.291.721,10 €
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	82.962,19 €
4.3.1.	EQUIPAMENTO	82.962,19 €

GOP'S e ORÇAMENTO 2014	
DESPESAS CORRENTES	€
01 – DESPESAS COM PESSOAL	2.938.950,00
02 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.316.327,91
03 – JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.845.812,77
04 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.220.117,98
06 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.000,00

GOP'S e ORÇAMENTO 2014	
DESPESAS DE CAPITAL	€
07 – AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5.766.794,05
08 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	289.603,12
10 – PASSIVOS FINANCEIROS	8.952.146,24

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



Finda a apresentação a **PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados, Luís Lameiras, Cláudio Vilela, Filomena Nogueira, António Lousa, Telmo Pinto, João Vilela.-----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS:-----

Devo confessar que eu não sou especialista, nem pretendo ser, em orçamentos. De todo o modo, há aqui algumas coisas que saltam à vista dos olhos, como se costuma dizer. Em termos de progresso e inovação, não há aqui nada de novo. É tudo igual àquilo que anteriormente tem sido. E reporto-me, nomeadamente, à questão da agricultura. Por aquilo que me foi dado a perceber, nos quadros que foram apresentados, apenas são destinados dezasseis mil euros à agricultura, à caça e à pesca. Na mesma rubrica, dezasseis mil euros. Ora, perguntava ao senhor Presidente da Câmara, uma vez que o tema da agricultura foi a grande bandeira de campanha do PSD, do qual resultou este Executivo permanente, perguntava ao Senhor Presidente da Câmara, o que é que tem a dizer, relativamente a esta problemática.-----

Depois, apenas podemos constatar que há a criação de três novos organismos, nomeadamente, a unidade móvel de pequenas reparações domésticas, a unidade móvel de saúde e a universidade sénior. Perguntava também, em que é que consiste cada um destes organismos? Qual é a sua questão central? O seu objeto?-----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

84

Vê-se também que na rubrica aquisição de bens e serviços, comparativamente com o ano de dois mil e treze, há um acréscimo de gastos nesta rubrica de quatrocentos e dezoito mil e setecentos e oitenta e dois euros, quase meio milhão de euros. Perguntava qual é que é a razão deste acréscimo vertiginosos, podemos-lhe chamar assim.-----

Depois, constato que duzentos e setenta e seis mil e duzentos e sete euros são destinados aos serviços culturais, recreativos e religiosos e que relativamente à cultura são destinados vinte e quatro mil e noventa e nove euros. Pergunto, qual é que é o fundamento destes valores? Estes valores destinam-se a quê? Por exemplo, perguntava se são subsídios monetários, se são apoios a nível de transportes, apoio logístico, etc, nomeadamente para os ranchos folclóricos, para os grupos de teatro, para as bandas filarmónicas, como é o caso de Carlão e de S. Mamede, para outras associações culturais. Pronto, relativamente a esta matéria, para já, é aquilo que eu tinha a dizer.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA: -----

Estamos aqui a analisar o orçamento para dois mil e catorze e é claro que é uma previsão tudo o que aqui está, não é? Mas, por uma questão de transparência também, gostava de solicitar ao Senhor Presidente de Câmara, se fosse possível, que nos indicasse, através do mapa, quais são os valores, a previsão dos valores efectivos a transferir para cada uma das Juntas de Freguesia e para cada uma das Associações sem fins lucrativos. Isto porquê? Por um lado, para as Juntas de Freguesia para ajudar na elaboração do seu Orçamento e Plano de Atividades e também para que as Juntas de Freguesia saibam qual é a previsão que estão a contar para cada uma delas, não é? Saber se recebem todas por igual, se umas recebem mais do que outras? Se algumas recebem e outras não? E assim sucessivamente. E também para que os Senhores Presidentes de Junta aqui presentes possam votar em consciência este orçamento, sabendo a dotação que lhes cabe. -----

Na questão das associações sem fins lucrativos, também é muito importante, porque as associações também estão a trabalhar nos seus orçamentos e como o Senhor Presidente também sabe, muitas das actividades dessas associações depende exclusivamente das transferências da Câmara Municipal. Também para saberem, mais ou menos, com o valor previsto com que podem contar para o próximo ano, para saberem se podem ou não continuar as suas actividades. Isto sabendo que a actividade cultural é um ponto forte no nosso concelho.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

86

E em épocas de crise como esta que estamos a atravessar, talvez seja um suporte para as pessoas e para implicar algum dinamismo também nas freguesias e nas associações, assim como nas pessoas em geral. Era só, muito obrigado.-----

DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:-----

Este plano de actividades e orçamento é um instrumento de trabalho técnico e político que reflecte a previsão das receitas e a fixação das despesas no valor de vinte e nove milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e dois euros e sete cêntimos para o ano de dois mil e catorze. Como sei que não há grandes verbas disponíveis para novas obras, agrada-me neste plano, a distribuição de cerca de seis milhões de euros para funções sociais. Nesta rubrica encaixam quase todas as necessidades dos mais pobres, daqueles que não têm voz e que compete a nós, autarcas, dar-lhes voz, pois fomos eleitos para defender as suas necessidades, as necessidades destas pessoas. Assim, Senhor Presidente compete-me informar Vossa Excelência de que ainda há pessoas na minha freguesia que não têm saneamento básico, que não têm contentores do lixo suficientes para depositarem com dignidade o seu lixo doméstico. Na localidade de Rapadoura apenas existe um contentor do lixo para cerca de quarenta habitantes. Há pessoas que vivem em casas sem o mínimo de condições, nas quais ainda não existe uma casa de banho e nas quais chove. Há muitas pessoas que deixam de ir ao médico, ou fazer o curativo diário porque as deslocações ficam caras.-----

Nesta perspetiva agrada-me o facto de serem criadas unidades móveis de saúde e de pequenas reparações domésticas, que desejo sejam um sucesso, no sentido de criarem melhor qualidade de vida às pessoas mais vulneráveis, mais desprotegidas e conseqüentemente mais pobres.-----

Para juntar a tudo isto, considero de extrema importância, criar-se uma terceira unidade móvel, para pequenas reparações na via pública, para manutenção das bermas das estradas municipais e conservação dos caminhos rurais das freguesias, evitando desta forma que os Presidentes de Junta deixem de prestar estes serviços básicos às populações por falta de verba.

No que concerne às transferências de capital para as freguesias gostava, tal como diz o Senhor Deputado Cláudio, de ser informada com o que posso contar para a minha freguesia no ano de dois mil e catorze, na medida em que não verifico a distribuição de nenhuma verba para a União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga. Muito obrigado.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

86

DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:-----

Eu congratulo-me com as primeiras palavras do Senhor Presidente. Ete não é o orçamento que ele gostava de apresentar. Pois não, isto é como a Troika, uns assinam outros têm que executar. Lá lhe calhou a si também aqui. Só duas perguntas: na verba para as Juntas, duzentos e dezanove mil euros, espero bem que o Senhor Presidente não faça a distribuição como foi feita no dia vinte e sete de setembro. Ficava contente que isso não acontecesse. E depois outra rubrica, que diz transportes aéreos, que é uma rúbrica que a mim é muita cara, que sou lá vizinho, gostava de saber se é desta vez que vou ter lá aviões na Chã?-----

DEPUTADO TELMO PINTO:-----

Não vou tecer grandes considerações técnicas relativamente ao documento, aliás porque algumas coisas já foram ditas e eu também tinha aqui agendado para referenciá-las. Contudo, não posso deixar de dizer, que na Integra e isto enfim, porque também foi dito agora mesmo, relativamente ao orçamento, nenhum orçamento, seja de uma câmara, de uma junta ou de uma qualquer organização ou instituição é aquele que a gente gostaria de apresentar. Contudo, verifico que neste denota-se alguma ausência do rumo, de uma estratégia. Embora, enfim, sobrando pouco, que como aqui também já foi referenciado, mas não se vê de forma clara e evidente a aplicação dessas migalhas, no sentido de as mesmas serem aproveitadas, baseadas numa estratégia e num rumo para o Município.-----

Contudo, não deixa de ser um documento importante e uma ferramenta de trabalho para o Executivo poder fazer a sua gestão corrente durante o ano de dois mil e catorze e como tal iremos viabilizar a mesma. Até para evitar também aqui um pouco a vitimização política, porque parece que já paira no ar um pouco a lamentação daquilo que faria mas não há dinheiro... fazia-se isto, mas também não há dinheiro...porque a Câmara está numa situação caótica... porque a Câmara deve milhões e milhões. Enfim, para evitar isso, vai-se viabilizar precisamente esse orçamento, atendendo à importância do mesmo para o próximo Executivo. Muito obrigado. -----

DEPUTADO JOÃO VILELA:-----

Relativamente ao orçamento para dois mil e catorze não há muito a dizer. Ele é limitado pelas obrigações assumidas anteriormente, pelas dívidas que têm de ser liquidadas. O investimento de capital é curto e reduzido, mas ainda assim, o Executivo conseguiu encontrar aqui alguma folga, para as questões sociais e para as pessoas, nomeadamente através da criação de uma unidade

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

87

móvel de saúde, da universidade sénior e da unidade móvel de pequenas reparações domésticas. Pode-se dar o valor que se quiser, mas nesta circunstância, se calhar, acredito que não é possível fazer muito mais e, dentro deste esforço, parece-me que já é meritório a inclusão de algo mais direccionado para as pessoas e para aquilo que elas realmente necessitam na circunstância difícil que estamos a viver.-----

Depois, gostaria de frisar aqui que não é a estratégia da vitimização o que se está a utilizar. Parece-me que é claro, que os dados são claros, evidentes. Se houver alguma solução milagrosa que alguém tenha, que a apresente. Não é preciso vitimizar se estamos conscientes dos factos, da realidade. Portanto, se houver alguém que tenha uma solução, apresente-a, estamos aqui para isso. Haja ideias, tragam ideias novas. Se a solução apresentada não for a melhor, apresente-se outra.-----

Deixe-me, por fim, dar os parabéns pela apresentação do orçamento, de forma clara concisa de detalhada, que parece-me importante e que pela primeira vez foi desta forma e que esta Assembleia merece que assim seja, porque o orçamento assim o justifica. Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

Começou por responder ao Senhor Deputado Luís Lameiras dizendo: "Efectivamente, este não é orçamento que gostaria de apresentar. Seria muito difícil, ao fim de uma hora de eu ter apresentado isto e viesse aqui com progresso e inovação e nada de novo. Infelizmente houve tempo para fazer isso e algum foi feito. Neste momento, o progresso limita-se a muito pouco. Só para manter os activos que temos vai ser um esforço muito grande. Quanto à sua referência de só haver dezasseis mil euros para a agricultura e que foi a bandeira do PSD nesta campanha, efectivamente a Câmara não faz plantações. A Câmara apoia, divulga e promove medidas e para isso estão estes dezasseis mil euros para apoiar e divulgar medidas junto dos agricultores. Todo o outro trabalho é político e esse não pode ser quantificado. A sua desvalorização da unidade móvel de saúde, da universidade sénior e da unidade móvel para pequenas reparações domésticas, não me parece muito propositada. Estamos a falar de pessoas que precisam que nós tenhamos alguma folga para olhar para elas em todas estas actividades.-----

Senhor Deputado Cláudio Vilela falou nos valores que deveriam já constar para transferência das Juntas e esta questão é transversal também à D^a Filomena, eu vou responder aos dois. Efectivamente, nós inscrevemos neste orçamento, o máximo que nos é permitido pelo PAEL e o

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

88

máximo são duzentos e dezanove mil em capital e quarenta e dois mil em despesa corrente. É o máximo. Estamos à espera da aprovação do orçamento e posteriormente, em sessão de câmara vamos definir os critérios da distribuição. E como sabem, depois disso também tem de ser protocolado. Nós vamos ter de fazer protocolos com as Juntas, delegações de novas competências que têm e ver até onde podemos ir. Neste momento, estas rúbricas estão no máximo que nos é permitido pelos compromissos que temos com o PAEL, duzentos e dezanove num lado e quarenta e dois noutro. Critérios vamos definir em câmara.-----

D^a Filomena, eu compreendo que não traz dignidade a ninguém ter um caixote do lixo para quarenta famílias, que produzem muito mais. Este problema mantém-se e está assinalado. Vou tentar falar com a EGEO, para ver se põem pelo menos mais um contentor de recolha. -----

Relativamente à transferência de dinheiros para caminhos vicinais: estes montantes estão inscritos noutras rúbricas, não poderão ser nas rubricas de transferência para as Juntas de Freguesia. Já estão noutras rubricas.-----

Senhor António Lousa efectivamente, este também não seria o nosso orçamento, ninguém gostaria de estar aqui com ele.-----

Senhor Telmo Pinto, ausência de rumo e estratégia é demasiado forte. Ainda não passou uma hora que acabamos de evidenciar a situação financeira da Câmara. Seria milagroso, e esse poder não o temos. Gostaria de o ter para neste momento lhe dizer qual é o rumo. O rumo é assumir os compromissos que a Câmara tem e tentar esbatê-los no tempo, o maior número de anos possível, mas cumprir.-----

Senhor João Vilela, estou de acordo consigo, estamos limitados pelas obrigações que herdámos e ninguém se está a vitimizar, porque nós, neste momento, a partir de hoje, é que recebermos a herança, porque ela ainda não estava quantificada. Só agora é que conseguimos apurá-la e se calhar ainda terá mais algumas coisas, mas não será nada já de relevante, que nos vá alterar o cenário que temos aqui. Oxalá o consigamos melhorar. Oxalá todas estas dívidas se reduzam para muito menos. Oxalá que a litigância que nós temos nos tribunais nos conduzam a uma redução drástica destes valores, porque julgo que o que aqui está é mau demais para estarmos a fazer política com isto. Acho que é o momento de nos juntarmos e dizer, vamos todos tentar defender o Município e reduzir estes montantes para muito pouco. Não vamos fazer política disto. Quando chegar o momento da política, fá-la-emos. Cada um de nós há de ter o seu

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

89

caminho e a sua visão da estratégia. Mas neste momento é necessário travar este declínio e eu apelava a todos, que quanto a esta dívida que foi hoje aqui evidenciada, não se fizesse política à volta dela. A minha intenção ao trazê-la aqui não foi fazer política. Foi dar transparência a uma situação que todos nós temos obrigação de conhecer e contribuirmos com soluções válidas, com ideias válidas.-----

Julgo que esta solução de apresentar aqui o orçamento, acho que salmos todos mais ricos, porque ficamos a perceber o que é um orçamento, tivemos um técnico a explicá-lo, vimos os números e vamos gravá-los na memória. Quanto mais aprendermos todos, melhor vai ser o Município de Alijó. E foi essa a intenção ao apresentar este orçamento desta forma. Muito obrigado.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** abriu uma segunda ronda para pedidos de esclarecimentos, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Telmo Pinto e Luís Lameiras.

DEPUTADO TELMO PINTO:-----

Senhor Presidente, estou perfeitamente e a bancada do Partido Socialista está solidária com aquilo que é o seu trabalho e aquilo que vai ser os próximos tempos em termos de gestão dos recursos financeiros da Câmara Municipal. Eu penso é que, e é isso que está em causa, estamos a utilizar como um capote, daquilo que é nossa acção do dia-a-dia na Câmara Municipal e nas respetivas Juntas de Freguesia baseados sempre no mesmo. É que não se fala em outra coisa. Isto faz-me recuar dois ou três anos, relativamente ao governo PSD quando entrou no governo. Andou durante dois anos e está no terceiro ano e continua a dizer a mesma coisa, herdou isto, herdou aquilo, é dívida, é a crise, as condições económico-financeiras e não passamos disto. Quer-se dizer, não bastava termos esta injeção a nível nacional, que a gente já tem, enfim, receio de abrir o noticiário ao fim do dia através da televisão e dos meios de comunicação, se não bastasse passar essa estratégia e essa forma de comunicação também em termos concelhios. Portanto, nós estamos aqui para ajudar e vamos colaborar nesse sentido. Muito obrigado.-----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS:-----

Senhor Presidente, eu não ficava de bem com a minha consciência se não procedesse aqui a uma correcção, uma vez que o Senhor cometeu uma incorrecção. Eu vou-lhe dizer qual. O Senhor disse que eu desvalorizei. Eu nunca utilizei tal palavra ou outro sinónimo qualquer que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

90

indiciasse essa desvalorização. Eu disse assim e passo a citar textualmente aquilo que eu disse «apenas constatamos que vão ser criados três novos organismos, nomeadamente a unidade móvel de pequenas reparações domésticas, a unidade móvel de saúde, a universidade sénior. Pergunto-lhe, qual é a finalidade de cada um destes três organismos?» Quis que me esclarecesse em que é que consiste a função de cada um deles. Em momento algum eu usei a palavra desvalorização ou qualquer sinónimo que subentendesse esse conceito de desvalorização. Está feita a correcção.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** questionou o Senhor Presidente se tinha alguma a acrescentar antes de se passar à votação. Não querendo o Senhor Presidente usar da palavra, a Senhora Presidente da Mesa colocou o ponto cinco "Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano), para o exercício económico de 2014" em votação, tenho o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor e seis abstenções. -----

Introduziu de seguida o ponto número seis "Aprovação do Plano de pagamentos para cumprimentos da sentença do Tribunal Arbitral", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação do ponto.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Por sentença do Tribunal, o Município foi condenado numa acção que foi interposta pela SUMA Douro, SUMA S.A., Real Verde, devido à recolha de lixo. Esta condenação foi num Tribunal Arbitral, o que significa que não nos defendemos sequer. Esta condenação aparece nos primeiros dias que o Executivo toma posse. Surpreendeu-me o facto de não nos termos defendido. Não do facto em si, porque ele está comprovado nesta acção que estas empresas prestaram este serviço ao Município, mas nos juros que estas empresas aplicaram sobre a dívida. Não nos defendemos e como tal, só tínhamos que cumprir o que aqui está. E cumprir o que aqui está foi tentar fazer um acordo. Esse acordo resultou num período de pagamentos de quatro anos, que nos dois primeiros anos não pagamos juros sobre a dívida e nos dois últimos vamos pagar os juros que estiverem então à época. Este plano de pagamento foi submetido à Câmara, foi visto por todos os Vereadores, foi aprovado com unanimidade, mas como tal, tem que vir também aqui à Assembleia e a proposta é para aprovarem este plano de pagamentos à SUMA, no valor de setecentos e oitenta e sete mil euros".-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

97

A **PRESIDENTE DA MESA** abriu período para colocação de questões, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Telmo Pinto, António Samuel Cunha e João Vilela.-----

DEPUTADO TELMO PINTO:-----

Só para fazer uma pequena referência aqui neste ponto da ordem de trabalhos que tem a ver precisamente com aquilo que foi o processo da SUMA, que era a empresa que fazia aqui a recolha do lixo. Isto originou, não só, tal qual os documentos plasmam, não só com o Município de Alijó, mas também com aqueles que faziam parte da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte. E de referir que a verba constante no Município de Alijó é substancialmente superior em relação aos restantes municípios, tem a ver com aquilo que foi a recolha selectiva dos lixos no Concelho. Não tem a ver só com o território do concelho, mas também com a aposta que se fez na recolha selectiva de lixos. Portanto, era esta a referência que eu queria salientar. Muito obrigado. -----

DEPUTADO ANTÓNIO SAMUEL CUNHA: -----

Cumprimentou a Mesa, o Executivo e os restantes membros da Assembleia.-----

Apenas para realçar um facto que é realmente triste que o anterior Executivo tenha deixado passar, não havendo contestação, não havendo possibilidade de recurso, não havendo rigorosamente nada. Isto demonstra realmente e realmente não vale a pena acusarmos sempre os anteriores executivos, tal como o Senhor Deputado Telmo afirmou, que estamos sempre a bater no ceguinho, mas no fundo, só estamos há dois meses. O Executivo está há dois meses e nada ou quase nada pode fazer, a não ser fazer um acordo e minimizar o custo, porque é melhor fazer um acordo do que ter de o pagar de uma assentada só. Portanto, é de dar os parabéns ao Senhor Presidente e ao restante Executivo, pelo trabalho que fez de tentar alargar o prazo de pagamento de uma dívida que o anterior Executivo nada fez para resolver. Obrigado. -----

DEPUTADO JOÃO VILELA:-----

Apenas permitam-me que faça aqui um pequeno parêntesis, relativamente ao ponto do orçamento, só para esclarecer aqui uma situação e resolver de vez esta questão da suposta vitimização, que agora é um argumento que se utiliza para atacar este grupo municipal, que estamos com uma estratégia de vitimização. A estratégia não é de vitimização e volto a referir, as dívidas existem e têm de ser pagas. Alguém tem de as pagar, alguém tem de as assumir e portanto, isso é claro. Uma coisa eu tenho a certeza, se algum destes factos se tivessem sabido

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

92

antes, provavelmente não tínhamos chegado a este ponto. Agora, se vocês quiserem resolver a questão de outra forma, responsabilize-se quem criou esta situação. E se não há responsáveis, então apure-se porquê. E pronto, não há vitimização nenhuma. É factos, meramente.-----

Relativamente a esta questão, é mais uma, acho que não vale a pena continuar a insistir no mesmo. Porque é que a Câmara de Alijó, e eu, com todo o respeito, com o mal dos outros posso muito bem, os outros municípios não apresentaram, estão no direito deles e o de Alijó também estava no direito dele, obviamente, não fosse isso resultar em prejuízo para o Município e não ter apresentado defesa e agora resultar neste fantástico plano de pagamentos que eu, com toda a honestidade, me recusava a votar, mas que infelizmente vou ter que votar.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** colocou à votação o ponto seis da ordem de trabalhos “Aprovação do plano de pagamentos para cumprimento da sentença do Tribunal Arbitral”, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com trinta votos a favor e quatro abstenções.-----

De seguida introduziu o ponto sete “Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal”, tendo dito que:-----

Antes das inscrições, dar conhecimento, e quero dar-lhe as felicitações Senhor Deputado Laureano, que ainda conseguiu, apesar de pouco tempo, fazer aqui umas sugestões de alteração do regimento. Eu não sei se todos leram o regimento?-----

Tenho aqui umas propostas de alteração do regimento apresentadas pelo representante do Grupo Municipal MAIS, e que eu ponho à vossa consideração e sobre os quais eu também gostaria de me pronunciar.-----

As propostas apresentadas pelo representante do grupo Municipal MAIS são transcritas a seguir:-----

Esta proposta de Regimento, visa substituir o atualmente em vigor. Não obstante a necessidade de introduzir algumas atualizações no Regimento, parece-nos que o atualmente em vigor é mais simples, funcional e equilibrado do que esta proposta.-----

Em relação a esta proposta, destaca-se o seguinte:-----

--- 1- A proposta prevê, no seu artigo 26º n.º1, que “as sessões da assembleia municipal decorrerão no Auditório Municipal ou no Edifício dos Paços do Concelho”. O atual Regimento prevê apenas o edifício dos Paços do Concelho, excepto por razões relevantes.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

93

Parece-nos mais equilibrada a solução do atual Regimento. Por uma questão de dignidade da reunião e funcionalidade, até para os serviços de apoio, e atendendo ao reduzido público que normalmente assiste a estas sessões, não existem razões para que a AM se reúna no Auditório, com custos de funcionamento superiores e desproporção de meios, para uma reunião de poucas dezenas de pessoas.-----

Diferente seria, por exemplo, rio caso de as sessões da AM se realizarem em período pós-laboral, com previsível acréscimo de público, o que não é o caso.-----

Assim este art. 26º n.º1 deveria prever o seguinte: “as sessões da assembleia municipal decorrerão no Edifício dos Paços do Concelho”;-----

----- 2- O art. 30º n.4 da proposta prevê que a “ordem do dia e respetiva documentação é enviada a todos os Deputados Municipais com a antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião”.-----

Parece-nos mais equilibrada a solução do atual Regimento, o qual no seu art. 15º n.ºs 4 e 5, estabelece o prazo de 4 dias úteis para a entrega da ordem do dia e documentos.-----

É conveniente que os deputados municipais tenham o máximo de tempo possível para apreciação dos documentos.-----

Este art. 30º n.º4 da proposta deveria prever o seguinte: “Com a convocatória são enviados aos deputados municipais a ordem do dia e todos os documentos necessários à tomada de posição sobre as matérias delas constantes”.-----

----- 3- Ainda em relação ao art. 30.º da proposta, no seu segundo n.º 4 (há dois n.ºs 4 neste artigo, por lapso), estabelece-se que a “convocatória, ordem do dia e respetiva documentação serão enviadas para o endereço de correio eletrónico indicado pelos Deputados Municipais e Vereadores, podendo as mesmas ser, ainda, consultadas no sítio do Município na área reservada destinada para esse efeito, através das credenciais de acesso, pessoais e intransmissíveis”.-----

Deveria neste ponto salvaguardar-se a entrega em suporte papel, para os deputados municipais que não disponham de correio eletrónico.-----

----- 4- Não parece fazer muito sentido levar a deliberação os locais da sala onde os grupos municipais devem tomar lugar, pelo que o art. 28.º da proposta deveria ser suprimido.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



No atual Regimento essa matéria nunca foi regulada e nunca houve problemas.-----

— 5- Os arts. 38.º n.º3 e 39.º n.º 4 da proposta definem limites temporais para a intervenção dos deputados, estabelecendo limites por grupo municipal.-----

Parece-nos que é mais equilibrada a solução do atual Regimento, que nos seus arts. 23.º e 24.º define limites de tempo por deputado, **pelo que deveria manter-se a redação destes.**-----

— 6- Os arts. 41.º a 51º da proposta regulam de forma excessiva e confusa o uso da palavra, **pelo que se deveria manter a redação dos arts. 23.º a 33.º do atual Regimento**, cujo teor se revela mais simples e equilibrado.-----

— 7- Aliás, ainda no uso da palavra, não se compreende a razão pela qual o art. 42.º da proposta apenas permite a intervenção dos vereadores da CM, mediante interpelação, no período da ordem do dia. Esta solução viola o art. 48.º n.º 3 do Quadro de Competências (Lei n.º 169/99), que se mantém em vigor e segundo o qual, “os vereadores devem assistir às sessões da assembleia municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal”, isto é, no decurso de toda a sessão da Assembleia e não apenas na ordem do dia.-----

O atual Regimento, no seu art. 25.º n.º 4 adotava uma solução mais equilibrada e legal, pelo que se deve manter a sua redação.-----

— 8- No respeitante às formas de votação, **o art. 54.º al. b) da proposta, deveria incluir no “escrutínio secreto”, a previsão de “sempre que se realizem eleições”,** mantendo assim a solução prevista no art. 36.º do atual Regimento.-----

— 9- Não existe na proposta uma norma que preveja os elementos que devem incluir a informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia, prevista no art. 25.º n.º 2 al. c) do Regimento Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013). **Deveria assim, incluir-se um artigo correspondente ao art. 16.º do atual Regimento.**-----

PRESIDENTE DA MESA: -----

Sobre o primeiro ponto da proposta apresentada pelo grupo municipal MAIS disse: *“Isto é um trabalho conjunto e gostaria de dizer que, além de já termos falado nesta questão do auditório e da aproximação das pessoas, queria lembrar que ainda hoje, aqui nesta assembleia, eu contei cerca de vinte pessoas que estavam a assistir. Eu pergunto aos Senhores Deputados, se tivesse*

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

96

acontecido lá em cima, se haveria lugar para as pessoas assistirem? Ou se entendem que as pessoas se sentem mais à vontade vindo ao auditório para assistir às reuniões da assembleia, ou se sentirão mais à vontade no Edifício dos Paços do Concelho, onde toda a gente está a laborar durante o dia? Portanto foi no sentido de aproximação com as pessoas que querem assistir. Eu já ouvi relatos das pessoas «eu bem gostaria de assistir, mas até me sinto um bocado inibido de subir aquelas escadas» eu não sei se os senhores também já ouviram isto? E também por falta de espaço. E eu hoje, e se calhar os senhores também contaram, o número de pessoas agora é de sete aqui a assistir, mas já estiveram muito mais. E foi pensando nessas pessoas que querem assistir e participar eventualmente nas assembleias, que se previu que elas acontecessem ou aqui no auditório ou no Edifício dos Paços do Concelho, ou então, até fora, como eu já tinha referido. Portanto, é só para dar esta justificação".-----

Sobre o ponto dois disse: "Quando se diz, pelo menos dois dias úteis, isto é uma sugestão e podemos alterar, como é óbvio, isto é o que diz a lei, efectivamente, não quer dizer que seja essa a prática da Mesa ou da Presidente da Assembleia, ou que não se tente enviar a documentação mais cedo. Isto é só para terem uma ideia, porque depois vamos votar e podem haver pessoas a querer fazer intervenções quanto ao Regimento".-----

Sobre o ponto três reconheceu que tem de haver uma renumeração porque está repetido duas vezes o número quatro e disse: "Eu digo Senhor Deputado que eu previi aqui duas fases e que eu acho que se deve prever. A fase do envio da convocatória para cada Deputado ir agendando a sua vida. Convoca-se e há um prazo para convocar, que também está cá previsto e depois, a ordem do dia que vai com a documentação. Portanto, desdobramos isto em duas fases. Portanto, o que o Senhor Deputado diz é que vai a convocatória, vai a ordem do dia e que vão os documentos. O que eu digo é, vai a convocatória, com oito dias de antecedência que é para cada pessoa agendar e se disponibilizar e posteriormente, dentro de um determinado prazo, que seja de ,pelo menos dois dias úteis, ou daquele que viermos aqui a decidir em Assembleia, será enviada a ordem do dia com a respectiva documentação. A mim parece-me bem, mas os Senhores julgarão isso. -----

E diz-se aqui também, nós sabemos e esta Assembleia foi exemplo disso. A quantidade de papel que se gastou e pelos vistos até terá sido pouca - deveria ter ido mais, segundo alguns Senhores Deputado - a quantidade de papel que se gastou a enviar para os Senhores Deputados, para que se preparassem para esta Assembleia. E eu prevejo que isto seja enviado

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



por correio eletrónico, porque vejo que todos têm endereço electrónico. Falei com os técnicos da Câmara Municipal, que me ajudaram e me disseram que era possível dentro do site do Município, criar uma área reservada e que nos serão dadas umas credenciais de acesso, para que nós, directamente e com qualidade - acho que foi o Senhor Deputado Luís Lameiras que até disse que não estava bem legível - portanto, com grande qualidade, todos nós possamos ter acesso aos documentos e às convocatórias. E portanto, nós inserimos lá o nome, os Senhores devem saber como é, com uma password e directamente vamos a este site que está reservado só para nós e para os Senhores Vereadores e temos acesso a tudo isto. Claro que há pessoas, eu sei disso, que gostam mais do contacto com o papel. E também sei que há quem defenda isso. Eu própria, aqui há uns anos, dizia, «eu gosto de ler no papel» e posso dizer, que com o tempo vamo-nos habituando ao computador e a ler directamente no computador. Mas também tenho que admitir que há pessoas que gostem de ler no papel e de ter os documentos em suporte de papel. E por isso é que eu previ no número cinco do artigo trinta, que haverá sempre uma cópia em suporte de papel, que poderá ser consultado pelo Deputado Municipal ou Vereador, junto dos serviços de apoio à Assembleia Municipal. Eu não quis alargar isto muito mais, mas eu não creio, que os serviços de apoio à Assembleia Municipal, se algum dos Senhores Deputados o solicitar, que lhes enviem a cópia em papel, se fizerem mesmo questão disso, o não façam. Mau era se não o fizessem. Portanto, era este esclarecimento que eu queria dar".

Sobre o ponto quatro da proposta disse: "No Regimento, se bem o leram, está previsto que antes da Assembleia haja uma reunião, uma conferência, entre a Mesa e cada um dos representantes dos grupo municipal e também se decida pelo local que cada um dos Deputados se irá sentar. Na primeira reunião que tivemos, na extraordinária, em treze de novembro, eu volto a repetir, cada um sentou-se onde bem entendeu, eu solicitei ao Senhor Professor Adérito e ao Senhor Doutor Luis Miguel Rodrigues para se sentarem à frente, porque me tinham dito que era aí o lugar onde os Vereadores se costumavam sentar. Não o fizeram, mantiveram-se atrás. Eu hoje decidi assim e já expliquei aqui porque é que decidi pôr PSD de um lado, PS do outro, no meio o grupo que está em minoria, o MAIS, porque entendo que não deveriam ficar para trás. Hoje foi assim. Na próxima reunião eu, juntamente como já disse, ao Senhor Deputado, reunirei eu os Senhores Secretários, juntamente com o Senhor Deputado Telmo Pinto, Senhor Deputado Laureano, reuniremos para achar qual é a melhor maneira, como é que acham que se devem

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



sentar. Não sou eu que vou impor, onde é que se sentam ou se deixam de sentar. Portanto, haverá um consenso entre os representantes de cada grupo municipal e a Mesa nesse sentido. Diz aqui que no actual regimento essa matéria nunca foi regulado e nunca houve problemas. Pois não Senhor Deputado, havia dois grupos municipais, tanto quanto eu sei. PSD e o PS. Agora há um terceiro e também temos que pensar e não vamos pôr o terceiro grupo assim a um canto, penso eu. Mas esta é a minha ideia. Havemos de chegar a um consenso relativamente a isso".-----

Sobre o ponto cinco da proposta, disse: "Quanto aos limites temporais das intervenções dos Senhores Deputados, os Senhores leram, têm aqui quais são os limites antes da ordem do dia, quais são os limites na ordem do dia e da possibilidade face à matéria complexa, da Mesa prolongar esse tempo. Eu acho que cada grupo municipal vai saber fazer a gestão desse tempo entre os seus membros".-----

Sobre o ponto oito, referente ao escrutínio secreto, disse: "Diz o Senhor Deputado que se deveria acrescentar à redacção «sempre que se realizem eleições», mas o escrutínio secreto só se faz quando há eleições, não é? Não consigo perceber o que quer dizer Senhor Deputado, se me conseguir explicar?"-----

No que respeita o último ponto da proposta disse: "Também se diz aqui no Regimento, em tudo o que for omissa, regem as normas legais, Senhor Deputado. Há muita mais coisa que não está prevista neste Regimento e na sua omissão, como saberá, regem as normas legais. Era essa a explicação que eu queria dar, mas que também ponho à vossa consideração".-----

De seguida abriu período de inscrições para que os Senhores Deputados usassem da palavra sobre o ponto em apreciação. Inscreveram-se os Senhores Deputados Luís Lameiras, Telmo Pinto, Cláudio Vilela e João Vilela.-----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS:-----

Senhora Presidente, como sabe, fiz parte do grupo de trabalho que procedeu a algumas alterações ao Regimento. E então, por aquilo que pude ler nessa proposta de alteração, nomeadamente no artigo trinta e oito, referente ao período de antes da ordem do dia, que diz o seguinte e passo a citar «os grupos municipais disporão de quarenta e cinco minutos para intervirem nos termos das alíneas seguintes: alínea a), Partido Socialista, dezoito minutos, alínea



b) Partido Social Democrata, dezassete minutos e alínea c) Movimento Alijó Inovação com Segurança, dez minutos».

No artigo seguinte, ou seja, no número trinta e nove, diz-se que os tempos do período da ordem do dia serão nos mesmos termos que os tempos relativos ao período de antes da ordem do dia. Ora, o que é que acontece? Na reunião que nós tivemos e eu vou falar aqui numa questão que foi precisamente o Senhor Deputado João Paulo que a propôs, consistia no seguinte. Que o tempo total dos períodos, antes da ordem do dia e da ordem do dia, que seria setenta minutos. Que o Partido Socialista, com catorze deputados, teria vinte e oito minutos de intervenção, o PSD, com treze deputados, teria vinte e seis minutos de intervenção e que o Movimento MAIS, com oito deputados, teria dezasseis minutos. Ora portanto, vejo que há aqui uma alteração, porque na altura, os Deputados que estavam presentes no grupo de trabalho concordaram que de facto deveriam ser os setenta minutos e que deveriam ser vinte e oito minutos para o PS, vinte e seis para o PSD e dezasseis para o Movimento MAIS. Ora, agora constato que tudo isto foi alterado. Por isso, perguntava à Senhora Presidente, quais os critérios que foram adoptados para se proceder a esta alteração? E depois, porque é que não me deram conhecimento, uma vez que eu fazia parte do grupo de trabalho?

Queria ainda colocar uma outra questão que tem a ver com o seguinte. Esta questão que eu vou colocar, até fui eu que a sugeri e que penso, também ficou acordada. Tinha a ver precisamente com aquela polémica que se operou na sessão da Assembleia Municipal Extraordinária, na última sessão, quando estava a decorrer uma votação e em que, concretamente o Senhor Deputado Humberto deu entrada pela primeira vez nessa sessão, já essa votação estava a decorrer e portanto suscitou polémica, relativamente ao facto de ele poder, ou não, votar. Inicialmente a Senhora Presidente disse que ele não iria votar, mas posteriormente disse que iria reunir com a Mesa e portanto, acabou por se decidir que ele podia votar. Então eu fiz a proposta no sentido de que todo e qualquer Deputado, fosse ele de que grupo fosse, numa situação idêntica, dever-lhe-ia ser vetada a possibilidade de votar numa situação dessa natureza. Também não vislumbro qualquer redação em relação a esta questão. Relativamente ao Regimento são as questões que eu tinha para apresentar.

PRESIDENTE DA MESA:



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

99

Se não se importam, eu vou responder já, uma a uma, está bem? Porque assim pode ser que haja uma repetição. Senhor Deputado Luls Lameiras, efectivamente, quando nós reunimos dissemos que o tempo máximo antes da ordem do dia era setenta minutos e até estabelecemos critérios proporcionais face ao número de Deputados de cada Grupo Municipal, só que o art. 52º da Lei 75/2013 diz que a ordem do dia tem a duração máxima de sessenta minutos. Portanto, não podíamos ultrapassar o que diz a lei. Portanto, antes da ordem do dia, sessenta minutos. E daí ter de se adaptar isto, quinze minutos para o Senhor Presidente, para pedidos de esclarecimentos e depois os outros quarenta e cinco minutos, eu fui distribuí-los proporcionalmente, tendo em conta que o PS tem catorze elementos, o PSD tem treze e o grupo municipal MAIS tem oito elementos. Daí a razão de não lhe ter sido dado conhecimento dessa questão e peço desculpa, mas foi unicamente por isso. Relativamente à questão do Senhor Deputado Humberto Barbosa - como se recordará isso está gravado - a Mesa não se pronunciou logo no sentido de ele não votar, que não era permitido votar. Colocou-se aquela questão e ele achou que sim e eu por várias vezes disse ao Senhor Deputado Humberto Barbosa, «mas a Mesa ainda nem sequer abordou esse assunto» e perguntei-lhe se tinha recebido a convocatória, se a tinha visto e se tinha algum facto impeditivo para ter chegado àquela hora. E disse-lhe depois, posteriormente, que ia analisar essa situação e, ouvidos os Secretários, chegámos à conclusão que ele votaria. Efectivamente, nós também falamos nisso na reunião. Analisada melhor a questão, parece-me - até e por isso não está vertido no Regimento - que quando há eleição por escrutínio secreto e feita chamada, voltar-se-á a fazer uma segunda chamada, para quem não esteve presente poder votar. Daí a razão de não estar vertido no Regimento essa questão que nós quisemos, efectivamente, porque eu lembro que até pus a questão «vamos imaginar que até estivemos em grande debate e que chega alguém a meio e o Deputado Municipal não participou nela e vai votar como? Vai votar no partido como é óbvio, se calhar, não sei». Mas analisada essa questão, de uma forma mais profunda, chego à conclusão que se deve fazer uma segunda chamada, terminada a primeira, para se saber se alguém que não esteve presente na primeira, está para poder votar. Era essa a explicação que eu lhe queria dar. E penso que eram só estas duas. _____

Deu de seguida a palavra ao Senhor Deputado Telmo Pinto. _____

DEPUTADO TELMO PINTO: _____

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



100

Apenas duas referências relativamente a este assunto. Pelo que me é dado a conhecer, foi entregue à Mesa um pedido de alteração. Portanto, eu sugeria que se colocasse à votação, esse pedido de alteração, ou não, porque senão criamos aqui um impasse de artigo a, artigo b, alínea c e por aí fora. Contudo também, para dizer o seguinte e a Senhora Presidente já referenciou isso. Quando foi aqui evocada a situação de esta sessão estar aqui a decorrer no auditório municipal, que terá sido deliberado na última Assembleia, a mesma se falou relativamente ao sábado à tarde. Também foi referenciado isso. Era só um esclarecimento. Contudo, sugeria à mesa pôr à votação, se não, de caminho as pessoas começam a desistir e de caminho não temos cá cinquenta por cento dos Deputados, penso eu.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA:-----

Há pouco ia sendo vítima de chegar atrasado à inscrição, a Senhora Presidente facultou-me a possibilidade de me inscrever. Eu li o Regimento e não há nada que indique que há um período de inscrições para a discussão do ponto. Eu ia sugerir à Mesa para que isso não aconteça no futuro, a inclusão de um ponto, em que as pessoas se possam inscrever no referido ponto, durante a execução do mesmo, ou seja, enquanto está a ser debatido, as pessoas possam ir-se inscrevendo à medida que pode surgir-lhe uma ideia só passado alguns minutos da discussão, não é? Era isso, muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA:-----

Senhor Deputado Cláudio Vilela há esses tempos para cada grupo, cada grupo vai ter de os gerir como entender, certo? E eu queria explicar também outra coisa ao Senhor Deputado Luís Lameiras, que disse que os tempos são iguais na ordem do dia? É igual por cada ponto da ordem de trabalho, está bem? Porque é diferente... Está previsto no artigo 39, nº4 o tempo de intervenção por cada ponto da ordem de trabalho, o que é totalmente diferente. Está certo? Era só essa explicação.-----

Deu a palavra ao Senhor Deputado João Vilela.-----

DEPUTADO JOÃO VILELA:-----

Era só para registar, na minha opinião, e não foi sequer por ter participado nesta comissão, o excelente trabalho que aqui foi desenvolvido, quer pelas sugestões que foram dadas, quer pela redacção final operada pela Senhora Presidente da Assembleia, que resulta, parece-me, num

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2015.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

101

Regimento mais actual e mais adequado aos tempos actuais e que se enquadra talvez melhor no funcionamento da Assembleia Municipal. Relativamente às sugestões que foram apresentadas pelo Senhor Deputado Laureano Ribatua, sugeria que fossem votadas uma a uma. -----

PRESIDENTE DA MESA: Colocou a votação uma a uma, propostas de alteração apresentadas pelo Senhor Deputado Laureano Guedes.-----

O primeiro ponto da proposta de alteração relativo ao local onde decorrerão as Assembleias teve a seguinte votação: dezoito votos contra, seis abstenções e sete votos a favor. Manteve-se a redacção da proposta do Regimento.-----

O segundo ponto da proposta de alteração, relativo aos prazos de envio da ordem do dia teve a seguinte votação: trinta e dois a favor e duas abstenções. Foi aprovada a proposta de alteração.

O terceiro ponto da proposta de alteração, relativo aos documentos a enviar e o método de envio teve a seguinte votação: dezassete votos contra, quatro abstenções e dez a favor. Manteve-se a redacção da proposta do Regimento.-----

O quarto ponto da proposta de alteração, relativo aos locais onde tomam assento os Senhores Deputados teve a seguinte votação: vinte e um votos contra, quatro abstenções e seis a favor. Manteve-se a redacção da proposta do Regimento.-----

O quinto ponto da proposta de alteração, relativo aos limites temporais das intervenções dos Senhores Deputados teve a seguinte votação: dezanove votos contra, oito abstenções e seis votos a favor. Manteve-se a redacção da proposta do Regimento.-----

O sexto ponto da proposta de alteração, relativo aos artigos que regulam o uso da palavra teve a seguinte votação: dezoito votos contra, seis abstenções e oito votos a favor. Manteve-se a redacção da proposta do Regimento.-----

O sétimo ponto da proposta de alteração, relativo à intervenção dos Senhores Vereadores na Assembleia Municipal teve a seguinte votação: catorze votos contra, nove abstenções e sete votos a favor. Manteve-se a redacção da proposta do Regimento.-----

O oitavo ponto da proposta de alteração, relativo às eleições por escrutínio secreto teve a seguinte votação: vinte e dois votos a contra, cinco abstenções e cinco votos a favor. Manteve-se a redacção da proposta do Regimento.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



O nono ponto da proposta de alteração, relativo aos elementos da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara à Assembleia teve a seguinte votação: dezassete votos contra, seis abstenções e cinco votos a favor. Manteve-se a redacção da proposta do Regimento.-----

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia colocou a votação na globalidade, o ponto sete da ordem de trabalhos "Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor, uma abstenção e cinco votos contra.--

O Senhor Deputado Telmo Pinto solicitou a palavra para fazer uma declaração de voto, tendo-lhe sido autorizado pela Senhora Presidente da Mesa.-----

DEPUTADO TELMO PINTO:-----

Informou que votou contra e explicou que: "Primeiro houve uma proposta à Mesa, penso que a proposta deveria ser votada ou aprovada no plenário. O mesmo não foi feito, inventou-se, criou-se aqui uma nova metodologia e que estivemos aqui a votar artigo por artigo. Mas, não concordando, foi por esse caminho que a Mesa foi, tudo bem.-----

Para dizer também, uma das discordâncias que eu tenho relativamente ao Regimento, é o seguinte. É que anterior Regimento dizia que as sessões decorriam nos Paços do Concelho e por razões relevantes podia ser num outro local, auditório ou até numa freguesia se assim se entendesse. E portanto, atendendo ao local nobre como é o Paços do Concelho, atendendo também às condições que tem, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista acústico e inclusivamente de conforto, que hoje está provado aqui, não tivemos grande conforto para podermos fazer os trabalhos, era muito melhor. Portanto, salvaguardava-se sempre a posição do auditório ou de qualquer outro local, assim se entendesse, mas o Paços do Concelho deveria permanecer como primeira opção e então, só atendendo a um debate ou uma Assembleia que tivesse um outro assunto, que tivesse algo mais de abrangente que envolvesse o comércio, a agricultura ou coisa parecida que se perspectivasse uma maior adesão de pessoas a assistir, então no auditório ou até nos bombeiros ou onde se entendesse. É só por isso que eu voto contra. Muito obrigado.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** questionou o **DEPUTADO TELMO PINTO** sobre como queria que a sua intervenção fosse considerada tendo o mesmo respondido que queria que constasse como uma declaração de voto.-----



De seguida introduziu o ponto oito "*Aprovação da proposta de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais*". Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual solicitou autorização para a Coordenadora Jurídica apresentar os três pontos seguintes, tendo sido autorizado à Senhora Vereadora Dr.^a Cristina Felgueiras a apresentação dos mesmos.-----

VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS: Cumprimentou a Presidente e restantes membros da Mesa, os Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara, restante Executivo e o apoio administrativo.-----

O ponto oito é a aprovação da proposta da alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. É uma alteração que foi feita muito em virtude da Lei do Licenciamento Zero, onde são introduzidas novas taxas a cobrar e é um Regulamento que já foi aprovado pelo Executivo Municipal em reunião do dia vinte e quatro de maio de dois mil e treze, esteve em consulta pública. Não houve reclamações ou participações e portanto está aqui hoje para ser votado pela Assembleia Municipal. -----

Tendo sido dada a palavra ao **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA** pelo mesmo foi proposto que fossem apresentados, debatidos e votados em simultâneo os pontos oito, nove e dez, uma vez que se referem todos a Regulamentos Municipais e era matéria pacífica-----

Tendo a Assembleia concordado com a sugestão, a **PRESIDENTE DA MESA** introduziu também os pontos nove e dez, nomeadamente "*Apresentação do Projeto de Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público*" e "*Aprovação do Projeto de Regulamento Municipal de Publicidade*", dando a palavra à Senhora Vereadora Cristina Felgueiras para apresentar estes dois pontos em simultâneo com o ponto oito.-----

VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:-----

O ponto nove e o ponto dez estão relacionados com a alteração do Decreto-Lei 48/2011 e do decreto-lei 141/2012, que tem a ver com o licenciamento zero e é um diploma que prevê a eliminação das licenças e funciona muito na base da comunicação prévia. Portanto, tiveram de ser criados os regulamentos. Em função destes foi também alterado o do ponto oito, que é o do Regulamento das Taxas e portanto estão aqui para aprovação da Assembleia. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Cláudio Vilela, dando-lhe de seguida a palavra.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

704

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA:-----

Era só para informar a Assembleia Municipal, que depois de analisados os respectivos regulamentos, está tudo conforme a lei. São regulamentos que preveem regras para as taxas municipais, para a ocupação do espaço público. O Partido Socialista votará a favor. -----

A **PRESIDENTE DA MESA** colocou em votação os ponto oito, nove e dez da ordem do dia, designadamente, "Aprovação da proposta de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança do de Taxas Municipais", Aprovação do Projecto de Regulamento Municipais de Ocupação do Espaço Público" e "Aprovação do projecto de Regulamento Municipal de Publicidade", tendo todos eles sidos aprovados por unanimidade.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

Trazemos agora aqui a esta Assembleia um pedido de autorização de adjudicação de um concurso feito pela CIMDouro, em nome do Município de Alijó também, para fornecimento de luz ao Município. Este concurso foi ganho pela EDP Comercial, envolve o montante de quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e treze euros e noventa e oito cêntimos e é necessário prestar uma caução sobre este contrato de vinte e dois mil e cinquenta e sete euros e sessenta e um cêntimos. Esta autorização já foi à Câmara Municipal, foi aprovado por unanimidade. Neste momento pomos à aprovação da Assembleia Municipal".-----

Não havendo inscrições para o ponto onze "Autorização para adjudicação de serviços à Comercial", foi o mesmo posto em votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Introduziu de seguida o ponto doze "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. -----

Perguntou ao Senhor Deputado Telmo Pinto, na qualidade de representante do grupo municipal do PS, se tinha um nome a indicar, tendo o mesmo indicado o nome do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde, Domingos Henriques.-----

De seguida questionou o Senhor Deputado João Vilela, representante do grupo municipal do PSD, se gostaria de indicar um nome para a referida Comissão, tendo o mesmo indicado o nome do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Favaíós, Vítor Sequeira.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

105

Finalmente questionou o Senhor Deputado Laureano Guedes, representante do grupo municipal do movimento MAIS, se gostaria de apresentar algum nome, informando o mesmo que não iriam apresentar candidato a esta eleição.-----

Informou que a lista apresentada pelo grupo municipal do PS teria a letra A e a lista apresentada pelo grupo municipal do PSD, a letra B. informou ainda, que até ao final das eleições constantes na ordem do dia, as listas apresentadas pelo PS tinham a letra A, as listas apresentadas pelo PSD, a letra B e as listas apresentadas pelo movimento MAIS a letra C.-----

Realizada a votação do ponto doze "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios", a lista A obteve catorze votos e a lista B obteve dezanove votos. Assim e face à votação foi eleito o Senhor deputado e Presidente de Junta de Freguesia de Favaios, Vítor Sequeira.-----

De seguida, a Senhora Presidente da Mesa introduziu o ponto treze "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT) – Regulamento n.º 364-A/2013, de 24 de setembro, II série DR".-----

Questionou o representante do grupo municipal do PS sobre o nome a indicar, tendo o mesmo apresentado o nome da Senhora Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carlão e Amieiro, freguesia que faz parte integrante deste parque natural, Sónia Pinheiro.-----

Questionou de seguida o representante do grupo municipal do PSD se tinham algum nome a apresentar, tendo o mesmo respondido que indicavam o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Castedo Cotas, Marco Rodrigues.-----

Por fim questionou o representante do grupo municipal do movimento MAIS, tendo o mesmo respondido que não apresentavam candidato.-----

Procedeu-se de seguida à eleição, tendo a lista A obtido dezanove votos e a lista B catorze. Deste modo, a Senhora Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carlão e Amieiro, Sónia Pinheiro, foi eleita para integrar o "Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do vale do Tua (PNRVT).-----

A Presidente da Mesa introduziu de seguida o ponto catorze da ordem do dia "Eleição de um Deputado da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

106

de Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde (ACES) do Douro 1 – Marão e Douro Norte”.

Questionou ao Senhor Deputado Telmo Pinto, representante do grupo municipal do PS qual era o nome que indicavam, tendo o mesmo informado que não indicariam ninguém.

De seguida questionou o Senhor Deputado João Vilela, representante do grupo municipal do PSD se apresentavam candidato, tendo o mesmo indicado o nome da Senhora Deputada Maria da Glória Veiga.

Finalmente, questionou o Senhor Deputado Laureano Guedes, representante do grupo municipal MAIS se apresentavam candidato, tendo o mesmo indicado o nome da Senhora Deputada Maria Eduarda Sampaio.

A Senhora Deputada Filomena Nogueira solicitou a palavra, tendo a Presidente da Mesa permitido o uso da mesma.

DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:

Pediu a palavra para fazer o seguinte esclarecimento:

Eu fui eleita duas vezes consecutivas para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde (ACES) do Douro 1 – Marão e Douro Norte, uma delas até por unanimidade numa Assembleia Municipal, e nunca fui convocada para nenhuma reunião. Não sei o que é que se passa, nunca fui convocada para nenhuma reunião. Daí eu nunca ter apresentado nenhum resumo do que lá se passou, nesta Assembleia Municipal.

Já agora, aproveito também para falar do ponto quinze, que me aconteceu exatamente a mesma coisa. Uma ocasião eu apresentei-me em substituição do Presidente da Assembleia, que era Secretária da Assembleia Municipal e cheguei lá e não apareceu absolutamente mais ninguém, a não ser eu, pelo que, por falta de quórum, não se realizou a distrital. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA:

Agradeceu as informações da Senhora Deputada Filomena Nogueira e disse que iriam solicitar, por escrito, as datas das reuniões do Conselho da ACES.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30



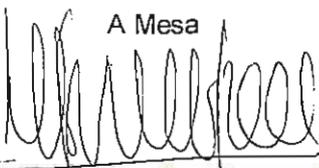
De seguida procedeu-se à eleição de um Deputado “da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde (ACES) do Douro 1 – Marão e Douro Norte”, tendo a lista B obtido doze ponto, a lista C obtido dezanove e um voto nulo. Deste modo, a Senhora Deputada Maria Eduarda Sampaio foi eleita para integrar o Conselho da Comunidades do ACES do Douro 1 – Marão e Norte.-----

Introduziu de seguida o último ponto da ordem de trabalhos “Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital”. Deu a palavra ao Senhor Deputado Telmo Pinto para apresentar candidato, tendo este indicado a Senhora Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias do Pópulo e Ribalonga, Filomena Nogueira.-----

Pelo grupo municipal do PSD e pelo grupo Municipal do movimento MAIS não foram apresentados candidatos.-----

Procedeu-se em seguida à votação, tendo a lista A obtido vinte e três votos e nove votos em branco. Deste modo, a Senhor Deputada e Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias do Pópulo e Ribalonga, Filomena Nogueira, foi eleita para integrar a Assembleia Distrital.-----

Antes de dar por terminados os trabalho desejou a Presidente da Mesa desejou um bom ano a todos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

A Mesa


Maio 1 - 19

Fátima Maria Henriqueta de Barros

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.12.30